

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	91
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	93
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	58.736.269
Preferenciais	44.206.287
Total	102.942.556
Em Tesouraria	
Ordinárias	157.800
Preferenciais	132.200
Total	290.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	8.094.247	9.951.832
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.879.680	3.866.462
1.01.01	Caixa	30.664	9.789
1.01.01.01	Caixa e Disponibilidades em Bancos	30.664	9.789
1.01.02	Aplicações de Liquidez	1.849.016	3.856.673
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.849.016	3.856.673
1.02	Ativos Financeiros	5.906.171	5.812.159
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	216.201	210.221
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	192.650	192.323
1.02.02.02	Derivativos	23.551	17.898
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	5.689.970	5.601.938
1.02.04.04	Operações de Crédito	5.770.369	5.680.507
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-80.399	-78.569
1.03	Tributos	89.157	79.899
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	89.157	79.899
1.03.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	89.157	79.899
1.04	Outros Ativos	110.140	87.099
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	1.131	1.042
1.04.01.01	Outros Valores e Bens	1.761	1.672
1.04.01.02	(Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos)	-630	-630
1.04.03	Outros	109.009	86.057
1.04.03.01	Outros Ativos	109.009	86.057
1.05	Investimentos	99.859	97.054
1.05.03	Participações em Controladas	99.825	97.020
1.05.05	Outros Investimentos	34	34
1.06	Imobilizado	7.581	7.865
1.06.01	Imobilizado de Uso	19.987	19.786
1.06.03	Depreciação Acumulada	-12.406	-11.921
1.07	Intangível	1.659	1.294
1.07.01	Intangíveis	5.422	4.929
1.07.03	Amortização Acumulada	-3.763	-3.635

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	8.094.247	9.951.832
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	201.726	243.719
2.01.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	201.726	243.719
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	6.707.165	8.507.019
2.02.01	Depósitos	6.703.204	8.502.167
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	6.703.204	8.502.167
2.02.04	Outras Captações	3.961	4.852
2.02.04.03	Obrigações por Repasse do País	3.961	4.852
2.03	Provisões	26.358	17.551
2.03.01	Passivos Contingentes e Obrigações Legais	26.358	17.551
2.04	Passivos Fiscais	33.004	26.228
2.04.01	Obrigações Fiscais Diferidas	33.004	26.228
2.05	Outros Passivos	75.237	120.622
2.05.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.955	1.591
2.05.04	Sociais e Estatutárias	4.996	17.924
2.05.05	Fiscais e Previdenciárias	12.941	23.604
2.05.06	Negociação e Intermediação de Valores	2	27
2.05.07	Despesa de Pessoal	15.614	18.704
2.05.08	Outros	32.247	51.166
2.05.09	Resultados de Exercícios Futuros	6.482	7.606
2.07	Patrimônio Líquido	1.050.757	1.036.693
2.07.01	Capital Social Realizado	517.001	489.598
2.07.01.01	De Domiciliado no País	489.638	463.686
2.07.01.02	De Domiciliados no Exterior	27.363	25.912
2.07.02	Reservas de Capital	2.692	2.692
2.07.04	Reservas de Lucros	517.000	544.403
2.07.04.01	Reserva Legal	74.787	74.788
2.07.04.02	Reserva Estatutária	442.213	469.615
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	14.064	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	266.357	104.939
3.01.01	Operações de Crédito	180.247	45.381
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	71.473	6.826
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	14.427	52.179
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	210	553
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-174.070	-29.006
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-165.291	-21.460
3.02.02	Operações Empréstimos, Cessões e Repasses	-104	-76
3.02.05	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0	-1
3.02.06	Provisão para Perda Esperada Associadas ao Risco de Crédito	-8.675	-7.469
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	92.287	75.933
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-68.647	-57.906
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	12.399	13.240
3.04.02.01	Receitas de Prestação de Serviços	12.119	12.905
3.04.02.02	Receitas de Tarifas Bancárias	280	335
3.04.03	Despesas com Pessoal	-35.027	-37.388
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-18.865	-19.238
3.04.05	Despesas Tributárias	-6.082	-5.166
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	1.281	2.791
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-25.158	-13.998
3.04.07.01	Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	-14.747	-4.060
3.04.07.02	Outras Despesas Operacionais	-10.553	-10.093
3.04.07.03	Resultado Não Operacional	142	155
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.805	1.853
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	23.640	18.027
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.181	-5.679
3.06.01	Corrente	-9.663	-6.638
3.06.02	Diferido	2.482	959
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	16.459	12.348
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	16.459	12.348
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-2.395	-1.542
3.10.01	Participações	-2.395	-1.542
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	14.064	10.806
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	0,13701	0,10527

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	14.064	10.806
4.04	Resultado Abrangente do Período	14.064	10.806

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-1.975.735	341.413
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	32.392	20.006
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	21.245	16.485
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	11.147	3.521
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.008.127	321.407
6.01.02.02	(Aum.) Red. em Títulos e Valores Mobiliários	-327	18.904
6.01.02.03	(Aum.) Red. Instrumentos Financeiros Derivativos	-5.653	292
6.01.02.05	(Aum.) Red. Operações de Crédito	-89.862	-257.355
6.01.02.06	(Aum.) Red. Outros Ativos	-24.075	-983
6.01.02.07	(Aum.) Red. Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-5.421	-1.872
6.01.02.08	(Aum.) Red. Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	5.821	1.540
6.01.02.10	(Aum.) Red. Provisões para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	-6.845	-7.470
6.01.02.11	Aum. (Red.) Depósitos	-1.798.963	641.633
6.01.02.15	Aum. (Red.) Obrigações por Empréstimos e Repasses	-891	-910
6.01.02.16	Aum. (Red.) Instrumentos Financeiros Derivativos	-41.993	-80.987
6.01.02.17	Aum. (Red.) Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	-5.876	-3.573
6.01.02.19	Pagamento de I.Renda e C.Social	-18.684	-3.123
6.01.02.20	Outros Passivos	-15.358	15.311
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	297	-521
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-232	-860
6.02.03	Aplicações no Intangível	-492	-211
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	8	3
6.02.08	Divid. e Juros s/capital próprio recebido	1.013	547
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.344	-10.106
6.03.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-11.344	-10.106
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.986.782	330.786
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.866.462	1.347.598
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.879.680	1.678.384

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	489.598	2.692	544.403	0	0	0	1.036.693
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	489.598	2.692	544.403	0	0	0	1.036.693
5.04	Transações de Capital com os Sócios	27.403	0	-27.403	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	27.403	0	-27.403	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	14.064	0	14.064
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	14.064	0	14.064
5.07	Saldos Finais	517.001	2.692	517.000	0	14.064	0	1.050.757

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	473.930	2.692	505.264	0	0	0	981.886
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	473.930	2.692	505.264	0	0	0	981.886
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.668	0	-15.668	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	15.668	0	-15.668	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	10.806	0	10.806
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	10.806	0	10.806
5.07	Saldos Finais	489.598	2.692	489.596	0	10.806	0	992.692

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	271.504	113.656
7.01.01	Intermediação Financeira	266.357	104.939
7.01.02	Prestação de Serviços	12.399	13.240
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-8.675	-7.469
7.01.04	Outras	1.423	2.946
7.01.04.01	Outras Receitas Operacionais	1.281	2.791
7.01.04.02	Resultado não Operacional	142	155
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-165.395	-21.537
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.213	-30.430
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.039	-1.167
7.03.02	Serviços de Terceiros	-40.174	-29.263
7.04	Valor Adicionado Bruto	64.896	61.689
7.05	Retenções	-636	-590
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-636	-590
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	64.260	61.099
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.805	1.853
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.805	1.853
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	67.065	62.952
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	67.065	62.952
7.09.01	Pessoal	33.264	33.847
7.09.01.01	Remuneração Direta	24.838	24.460
7.09.01.02	Benefícios	6.809	6.623
7.09.01.03	F.G.T.S.	1.617	2.764
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.421	15.928
7.09.02.01	Federais	16.592	14.866
7.09.02.02	Estaduais	0	5
7.09.02.03	Municipais	829	1.057
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	2.316	2.371
7.09.03.01	Aluguéis	2.316	2.371
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	14.064	10.806
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.064	10.806

Comentário do Desempenho



Senhores Acionistas,

Apresentamos o Comentário de Desempenho das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), que incluem sua controlada direta e indireta, relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, acompanhadas do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais e do respectivo parecer do Conselho Fiscal, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano de Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia no trimestre. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

RESULTADO DO TRIMESTRE

O lucro líquido da Companhia atingiu no trimestre R\$ 14.064 mil (1º trimestre/2021 R\$ 10.806 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 5,54% (1º trimestre/2021 4,48%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.036.693 mil (inicial de 2021 R\$ 981.886 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 137,01 (1º trimestre/2021 R\$ 105,27).

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.050.757 mil ao final do trimestre (31/12/2021 R\$ 1.036.693 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 10.236,05 (31/12/2021 R\$ 10.099,05).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, a ser homologada pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento do capital social para R\$ 517.001 mil mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 27.403 mil.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 14,62% (31/12/2021 14,53%) ao final do trimestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

RECURSOS CAPTADOS

O volume de recursos captados pela Companhia ao final do trimestre atingiu R\$ 6.707.165 mil (31/12/2021 R\$ 8.507.019 mil) e consolidado R\$ 8.266.264 mil (31/12/2021 R\$ 9.692.870 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 86.541 mil (31/12/2021 R\$ 83.443 mil) em depósitos a vista no consolidado, R\$ 6.703.204 mil (31/12/2021 R\$ 8.502.167 mil) e consolidado R\$ 8.175.762 mil (31/12/2021 R\$ 9.604.575 mil) em depósitos interfinanceiros e R\$ 3.961 mil (31/12/2021 R\$ 4.852 mil) em repasses do BNDES e FINAME (individual e consolidado).

Comentário do Desempenho



ATIVOS E EMPRÉSTIMOS

O ativo total alcançou R\$ 8.094.247 mil (31/12/2021 R\$ 9.951.832 mil) e consolidado R\$ 9.714.024 mil (31/12/2021 R\$ 11.187.377 mil) ao final do trimestre. A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 216.201 mil (31/12/2021 R\$ 210.221 mil) e consolidado R\$ 257.101 mil (31/12/2021 R\$ 281.563 mil). A Companhia e sua controlada classificaram 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria “títulos para negociação”.

O total da carteira de crédito, incluindo o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de “hedge” atingiu o saldo de R\$ 5.770.369 mil (31/12/2021 R\$ 5.680.507 mil) e consolidado R\$ 6.885.300 mil (31/12/2021 R\$ 6.793.112 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 57.385 mil (31/12/2021 R\$ 55.630 mil) e consolidado R\$ 68.055 mil (31/12/2021 R\$ 65.525 mil), correspondente a 0,98% (31/12/2021 0,97%) e consolidado 0,98% (31/12/2021 0,96%) do total da carteira de crédito.

O saldo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atingiu R\$ 80.399 mil (31/12/2021 R\$ 78.569 mil) e consolidado R\$ 94.155 mil (31/12/2021 R\$ 90.838 mil), representando 1,37% (31/12/2021 1,37%) e consolidado 1,35% (31/12/2021 1,33%) do total da carteira de crédito, 33,92% (31/12/2021 34,79%) e consolidado 29,32% (31/12/2021 30,56%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das informações trimestrais da Companhia e sua controlada, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 11/05/2022, revisou, discutiu e concordou com a conclusão no relatório de revisão do auditor independente e com as informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31/03/2022.

Comentário do Desempenho



AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 11 de maio de 2022.

CONSELHO FISCAL E DIRETORIA

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião do Conselho Fiscal de 11 de maio de 2022.

Notas Explicativas



Baseado na Resolução nº 3.853/10 do Conselho Monetário Nacional - CMN e Carta-Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil - Bacen, a Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Companhia”), optou por elaborar suas Informações trimestrais Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, deixamos de preencher as tabelas referentes aos dados padronizados das informações consolidadas, uma vez que estes são aplicáveis somente quando da elaboração das Informações Trimestrais Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pela CVM e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB.

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, bem como suas Notas Explicativas, Demonstrações do Resultado Abrangente os Fluxos de Caixa e Valor Adicionado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os valores estão expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma):

BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)

	Nota Explicativa	Individual		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
ATIVO					
DISPONIBILIDADES		30.664	9.789	145	190
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.835.586	9.747.401	9.573.767	11.085.222
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.849.016	3.856.673	2.407.356	3.996.910
Títulos e Valores Mobiliários	5	192.650	192.323	233.550	263.665
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	23.551	17.898	23.551	17.898
Relações Interfinanceiras		-	-	24.010	13.637
Operações de Crédito	7	5.770.369	5.680.507	6.885.300	6.793.112
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	7 c/d	(80.399)	(78.569)	(94.155)	(90.838)
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(1.187)	(1.187)	(1.187)	(1.187)
OUTROS ATIVOS	8	111.361	88.320	127.929	92.891
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		89.157	79.899	97.402	91.009
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS	18	99.825	97.020	-	-
IMOBILIZADO DE USO		19.987	19.786	20.959	20.763
INTANGÍVEL		5.422	4.929	6.501	5.989
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES		(16.169)	(15.556)	(17.337)	(16.662)
ATIVO TOTAL		8.094.247	9.951.832	9.714.024	11.187.377

Notas Explicativas



BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)

	Nota Explicativa	Individual		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
PASSIVO					
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
Depósitos	10	6.703.204	8.502.167	8.262.303	9.688.018
Relações interfinanceiras		-	-	3.529	-
Relações Interdependências		-	-	14	14
Obrigações por Empréstimos e Repasses	10	3.961	4.852	3.961	4.852
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	201.726	243.719	201.726	243.719
PROVISÕES					
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	11	26.358	17.551	27.431	18.334
OUTROS PASSIVOS					
	12	75.237	120.622	106.330	145.262
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS					
		33.004	26.228	33.017	26.230
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES					
		-	-	24.956	24.255
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	13	517.001	489.598	517.001	489.598
Reservas de Capital		4.099	4.099	4.099	4.099
Reservas de Lucros		517.000	544.403	517.000	544.403
Lucros/Prejuízos Acumulados		14.064	-	14.064	-
Ações em Tesouraria		(1.407)	(1.407)	(1.407)	(1.407)
PASSIVO TOTAL					
		8.094.247	9.951.832	9.714.024	11.187.377

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ MIL
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

	Nota Explicativa	Individual		Consolidado	
		1º Trimestre		1º Trimestre	
		2022	2021	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		266.357	104.939	310.432	145.455
Operações de Crédito	7f	180.247	45.381	214.875	36.454
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		71.473	6.826	81.130	8.310
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6e	14.427	52.179	14.427	100.691
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros		210	553	-	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(174.070)	(29.006)	(201.553)	(47.316)
Operações de Captação no Mercado		(165.291)	(21.460)	(189.799)	(37.811)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(104)	(76)	(104)	(76)
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros		-	(1)	-	(1)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7d	(8.675)	(7.469)	(11.650)	(9.428)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		92.287	75.933	108.879	98.139
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		16.485	(58.061)	13.877	16.875
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		12.399	13.240	12.480	13.460
Resultado de Participação em Controladas	18	2.805	1.853	-	-
Outras Receitas Operacionais	17a	1.281	2.791	1.397	3.415
PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(70.527)	(71.885)	(79.973)	(88.806)
Despesas de Pessoal		(35.027)	(37.388)	(39.346)	(41.437)
Despesas Administrativas	17b	(18.865)	(19.238)	(22.124)	(21.846)
Despesas Tributárias		(6.082)	(5.166)	(6.992)	(7.228)
Outras Despesas Operacionais	17c	(10.553)	(10.093)	(11.511)	(18.295)
DESPESAS DE PROVISÕES		(14.747)	(4.060)	(15.178)	(4.062)
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis		(14.747)	(4.060)	(15.178)	(4.062)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		23.498	17.872	27.605	22.146
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		142	155	140	155
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		23.640	18.027	27.745	22.301
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		(9.576)	(7.221)	(12.980)	(11.032)
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	(7.181)	(5.679)	(10.131)	(9.219)
Provisão para Imposto de Renda		(9.862)	17.815	(9.905)	30.051
Provisão para Contribuição Social		(6.577)	12.989	(6.619)	24.340
Ativo Fiscal Diferido		9.258	(36.483)	6.393	(63.610)
Participação nos Lucros		(2.395)	(1.542)	(2.849)	(1.813)
Empregados		(2.395)	(1.542)	(2.849)	(1.813)
Participação Minoritárias nas Controladas		-	-	(701)	(463)
RESULTADO LÍQUIDO		14.064	10.806	14.064	10.806
Lucro Líquido Atribuído aos Acionistas:					
Controladores		14.064	10.806	14.064	10.806
Não Controladores		-	-	701	463
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		137,01	105,27	-	-

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EM R\$ MIL
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

	Individual		Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2022	2021	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO	14.064	10.806	14.064	10.806
Total Resultado Abrangente do Trimestre	14.064	10.806	14.064	10.806

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM R\$ MIL) TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2022

Eventos	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de Acionistas não Controladores	Total
SALDOS EM 31/12/2020	473.930	-	4.099	505.264	(1.407)	-	981.886	22.701	1.004.587
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 31/03/2021		15.668	-	(15.668)	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	-	-	-	-	-	10.806	10.806	463	11.269
SALDOS EM 31/03/2021	473.930	15.668	4.099	489.596	(1.407)	10.806	992.692	23.164	1.015.856
MUTAÇÕES DO TRIMESTRE	-	15.668	-	(15.668)	-	10.806	10.806	463	11.269
SALDOS EM 31/12/2021	489.598	-	4.099	544.403	(1.407)	-	1.036.693	24.255	1.060.948
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 30/03/2022	-	27.403	-	(27.403)	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	-	-	-	-	-	14.064	14.064	701	14.765
SALDOS EM 31/03/2022	489.598	27.403	4.099	517.000	(1.407)	14.064	1.050.757	24.956	1.075.713
MUTAÇÕES DO TRIMESTRE	-	27.403	-	(27.403)	-	14.064	14.064	701	14.765

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (EM R\$ MIL)
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

	Individual		Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2022	2021	2022	2021
1. RECEITAS	271.504	113.656	312.799	153.057
Intermediação Financeira	266.357	104.939	310.432	145.455
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	12.399	13.240	12.480	13.460
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(8.675)	(7.469)	(11.650)	(9.428)
Outras Receitas Operacionais	1.281	2.791	1.397	3.415
Resultados Não Operacionais	142	155	140	155
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	165.395	21.537	189.903	37.888
3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	41.213	30.430	45.595	41.054
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	1.039	1.167	1.170	1.305
Serviços de Terceiros	40.174	29.263	44.425	39.749
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	64.896	61.689	77.301	74.115
5. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	636	590	702	657
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	64.260	61.099	76.599	73.458
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.805	1.853	-	-
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	2.805	1.853	-	-
8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	67.065	62.952	76.599	73.458
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	67.065	62.952	76.599	73.458
Pessoal	33.264	33.847	37.462	37.576
Remuneração Direta	24.838	24.460	28.377	27.516
Benefícios	6.809	6.623	7.279	7.063
F.G.T.S.	1.617	2.764	1.806	2.997
Impostos, Taxas e Contribuições	17.421	15.928	21.856	22.121
Federais	16.592	14.866	21.018	21.048
Estaduais	-	5	-	5
Municipais	829	1.057	838	1.068
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.316	2.371	2.516	2.492
Aluguéis	2.316	2.371	2.516	2.492
Remuneração de Capitais Próprios	14.064	10.806	14.765	11.269
Lucros Retidos do Trimestre	14.064	10.806	14.064	10.806
Participação não Controladores	-	-	701	463

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM R\$ MIL) - MÉTODO INDIRETO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

	Individual		Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2022	2021	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	14.064	10.806	14.064	10.806
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	18.328	9.200	27.431	10.447
- Depreciações e Amortizações	636	590	702	657
- Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(2.805)	(1.853)	-	-
- Provisões para Perdas Esperadas Associada ao Risco de Crédito	8.675	7.469	11.650	9.428
- Provisão para Passivos Contingentes	14.683	4.060	15.106	4.058
- Provisão para Desvalorização Outros Valores e Bens	-	30	-	30
- Atualização de Depósitos Judiciais	(379)	(137)	(421)	(166)
- Resultado com Crédito Tributários	(9.258)	36.483	(6.393)	63.610
- Resultado com Obrigações Fiscais Diferidas	6.776	(37.442)	6.787	(67.170)
(AUMENTO)/ REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(126.362)	(246.944)	(121.049)	(404.631)
Títulos e Valores Mobiliários	(327)	18.904	30.115	(995)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(5.653)	292	(5.653)	(1.765)
Relações Interfinanceiras	-	-	(10.373)	(11.802)
Operações de Crédito	(89.862)	(257.355)	(92.188)	(395.442)
Provisões para Perdas Esperadas Associada ao Risco de Crédito	(6.845)	(7.470)	(8.333)	(8.307)
Outros Ativos	(24.075)	(983)	(35.017)	14.012
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(5.421)	(1.872)	(5.421)	(1.872)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	5.821	1.540	5.821	1.540
AUMENTO/ (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(1.881.765)	568.351	(1.498.669)	706.656
Depósitos	(1.798.963)	641.633	(1.425.715)	789.875
Operações Compromissadas	-	-	-	6.400
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	-	-	-	12.808
Relações Interfinanceiras	-	-	3.529	2.977
Relações Interdependências	-	-	-	(1)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(891)	(910)	(891)	(910)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(41.993)	(80.987)	(41.993)	(132.313)
Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	(5.876)	(3.573)	(6.009)	(3.594)
Outros Passivos	(15.358)	15.311	(8.642)	40.587
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.684)	(3.123)	(18.948)	(9.173)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.975.735)	341.413	(1.578.223)	323.278
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de Imobilizados de Uso	(232)	(860)	(234)	(1.090)
Aplicações no Intangível	(492)	(211)	(512)	(213)
Alienação de Imobilizados de Uso	8	3	13	3
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	1.013	547	-	-
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	297	(521)	(733)	(1.300)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(11.344)	(10.106)	(11.344)	(10.106)
Variação de Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	701	463
CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(11.344)	(10.106)	(10.643)	(9.643)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(1.986.782)	330.786	(1.589.599)	312.335
Caixa e Equivalentes no Início do Trimestre	3.866.462	1.347.598	3.997.100	1.349.100
Caixa e Equivalentes no Final do Trimestre	1.879.680	1.678.384	2.407.501	1.661.435
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(1.986.782)	330.786	(1.589.599)	312.335

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS e CONSOLIDADAS DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021 – EM R\$ MIL

1) ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

(a) Atividade e estrutura do Grupo

O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – C.F.I. (“Companhia”), a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- C.F.I. são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”). As demonstrações financeiras consolidadas constantes deste relatório foram elaboradas com base nos critérios apresentados na nota explicativa nº 03“a”.

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador da Companhia e sua controlada possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nestas demonstrações financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa) e Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica).

Notas Explicativas



(b) Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais da Companhia e sua controlada foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas informações trimestrais foram concluídas em 10/05/2022 e aprovadas pelo Conselho Fiscal em 11/05/2022.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro.

Em 28/12/07, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo CPC, dependem de normatização por parte do CMN. Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/20 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), e, através da resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir da sua entrada em vigor. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional; iii) o ativo e passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo, iv) evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes e, v) as operações de arrendamento mercantil que passaram a ser apresentadas a valor presente em linha exclusiva no ativo.

Notas Explicativas



2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

(a) Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

(b) Ativo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nºs 5 e 6). A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 7 letras "c" e "d").

(c) Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda; e
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria "títulos disponíveis para venda" são registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e

Notas Explicativas



- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, estes valores são obtidos através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

(d) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia e sua controlada. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos".

Os instrumentos financeiros derivativos realizados pela Companhia e sua controlada com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo).

Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado.

A Companhia e sua controlada, conforme descrito na nota explicativa nº 6, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de *SWAP* registrados na B3, classificados como "*Hedge* de Risco de Mercado", tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3.

As operações de crédito designadas para *hedge* risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas

Notas Explicativas



mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 6 destas demonstrações financeiras.

(e) Operações de compra e de venda ou transferência de ativos financeiros

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014:

I - Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;

II - Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e

III - Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

Na categoria "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

Na categoria "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

Na categoria "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

(f) Ativo permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 18);
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: veículos e processamento de dados 20%, móveis e utensílios e instalações 10%; e
- Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

(g) Passivo circulante e não circulante: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(h) Impostos e contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15%

Notas Explicativas



mais adicional de 10%); contribuição social a) 15% para a Companhia, b) 20% para a controlada a partir de 01/03/2020 conforme o artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019 e c) 20% para a Companhia e 25% para a controlada no período de 1º de julho a 31/12/2021 retornando a 15% e 20%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme medida provisória nº 1.034 de 01/03/2021 (convertida na Lei nº 14.183/21); PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia e sua controlada a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 9 letra "b").

(i) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 7 letra "d");
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 6);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 9 letra "b"); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 11).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

(j) Ativos e passivos contingentes: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

(k) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(l) Resultado recorrente / não recorrente: As políticas internas da Companhia e de sua controlada consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações

Notas Explicativas



realizadas de acordo com o objeto social da Companhia e sua controlada previsto em seu Estatuto Social. Além disto, a Administração da Companhia e sua controlada considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido da Companhia e sua controlada no 1º trimestre de 2022, no montante de R\$ 14.064, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

3) INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

(a) As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do CMN, do BACEN, da CVM, quando aplicável, incluindo os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36, tendo sido eliminada a participação na empresa consolidada, os saldos de contas, as despesas e receitas e os lucros não realizados entre empresas. Também foram destacadas as parcelas do lucro líquido e patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores. Essas informações consolidadas incluem as informações trimestrais da companhia e sua controlada direta e seu respectivo percentual de participação de 80%.

(b) Relatório por segmento: segmento é um componente distinto de uma entidade que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico) e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos, cujos resultados operacionais sejam regularmente avaliados pelos principais tomadores de decisões. Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial da Companhia e de sua controlada, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos. As operações da Companhia e sua controlada constituem um segmento único, o segmento de varejo, o qual é composto principalmente de operações de crédito consignado e operações de crédito direto ao consumidor.

4) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A Companhia e sua controlada possuem certificados de depósitos interfinanceiros com empresa do Conglomerado no montante de R\$ 1.849.016 (31/12/2021 R\$ 3.856.673) e consolidado R\$ 2.407.356 (31/12/2021 R\$ 3.996.910) com taxas indexadas a 100% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 29/04/2022.

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(a) Composição da carteira

	Individual		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Carteira própria - livres:				
Letras financeiras do tesouro	163.219	147.067	203.855	218.151
Vinculados a prestação de garantias:				
Letras financeiras do tesouro	29.431	45.256	29.695	45.514
TOTAL - títulos e valores mobiliários	192.650	192.323	233.550	263.665

Notas Explicativas

**(b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento**

Títulos para negociação (i)	Individual							31/12/2021		
	31/03/2022							Valor contábil	Valor de custo (ii)	Marcação a mercado
	Até 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080	Valor contábil	Valor de custo (ii)	Marcação a mercado			
Letras financeiras do tesouro	-	1.496	185.424	5.730	192.650	192.476	174	192.323	192.369	(46)

Títulos para negociação (i)	Consolidado							31/12/2021		
	31/03/2022							Valor contábil	Valor de custo (ii)	Marcação a mercado
	Até 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080	Valor contábil	Valor de custo (ii)	Marcação a mercado			
Letras financeiras do tesouro	-	42.396	185.424	5.730	233.550	233.354	196	263.665	263.712	(47)

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(ii) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **“Títulos para negociação”**: O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

- Ajuste dos títulos para negociação obtido entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título “Resultado com títulos e valores mobiliários”.

Os títulos públicos são custodiados na SELIC.

(c) Composição dos títulos vinculados

	Individual		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	18.065	34.827	18.065	34.827
Títulos dados em garantia em ações judiciais	11.366	10.429	11.630	10.687
Total	29.431	45.256	29.695	45.514

6) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia e sua controlada participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atenderem suas políticas de gestão de riscos. Tais políticas baseiam-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e sua controlada e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, de *swap*, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem substancialmente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Notas Explicativas



Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

(a) Instrumentos financeiros derivativos:**Hedge de valor justo:**

	Individual e Consolidado					
	31/03/2022			31/12/2021		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Mercado interfinanceiro	1.426.065	1.690.042	1.690.042	1.615.981	1.872.498	1.872.498
Posição ativa	1.426.065	1.690.042	1.690.042	1.615.981	1.872.498	1.872.498
Pré	1.426.065	1.943.587	1.868.217	1.615.981	2.158.166	2.098.319
Posição passiva	1.426.065	1.943.587	1.868.217	1.615.981	2.158.166	2.098.319
Contratos de Swaps – exposição líquida	-	(253.545)	(178.175)	-	(285.668)	(225.821)

(b) Contrato de futuros:**Negociação:**

	Individual e Consolidado					
	31/03/2022			31/12/2021		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
Compromissos de venda – DI	37.465	(3.693.154)	-	23.110	(2.287.428)	-

(c) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

Individual e Consolidado					
31/03/2022			31/12/2021		
Ativo - saldo a receber			Ativo - saldo a receber		
Hedge de			Hedge de		
Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
-	23.551	23.551	-	17.898	17.898
31/03/2022			31/12/2021		
Passivo - saldo a pagar			Passivo - saldo a pagar		
Hedge de			Hedge de		
Negociação	valor justo	Total	Negociação	valor justo	Total
-	(201.726)	(201.726)	-	(243.719)	(243.719)

Notas Explicativas



(d) O saldo de instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

Hedge de valor justo:

Individual e Consolidado									
31/03/2022					31/12/2021				
1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
(29.060)	(62.008)	(74.201)	(12.906)	(178.175)	(32.439)	(71.756)	(94.869)	(26.757)	(225.821)

(e) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

Individual						
1º Trimestre						
2022			2021			
Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total	
Swaps	-	14.821	(9)	52.188	52.179	
Futuro	(394)	-	-	-	-	
	(394)	14.821	(9)	52.188	52.179	

Consolidado						
1º Trimestre						
2022			2021			
Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total	
Swaps	-	14.821	(9)	100.700	100.691	
Futuro	(394)	-	-	-	-	
	(394)	14.821	(9)	100.700	100.691	

(f) O total do ajuste de marcação a mercado registrado foi de:

Individual						
1º Trimestre						
2022			2021			
Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total	
Swaps	-	15.523	29	217.651	217.680	

Consolidado						
1º Trimestre						
2022			2021			
Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total	
Swaps	-	15.523	29	294.731	294.760	

Notas Explicativas



(g) Contabilidade de Hedge: A Companhia e sua controlada adotam a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de *hedge* a Administração tem por objetivo proteger o *spread* de suas operações de crédito. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia e sua controlada utilizaram a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de *hedge* pela contabilidade de *hedge*.

(h) Análise de sensibilidade: A Companhia e sua controlada realizam análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: (a) situação de estresse determinada pela Companhia e sua controlada aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; (b) situação de estresse considerada pela Companhia e sua controlada com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e (c) situação de estresse considerada pela Companhia e sua controlada com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo estão sendo apresentados por exigência dos órgãos reguladores, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia e sua controlada não acreditam que possam ocorrer.

Individual				
31/03/2022				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	(643.218)	(77.162)	(87.478)	(166.363)
31/12/2021				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	918.205	(54.188)	(58.871)	(110.548)
Consolidado				
31/03/2022				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	95.923	(115.632)	(130.709)	(247.950)
31/12/2021				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	1.615.997	(98.603)	(104.672)	(196.595)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

Notas Explicativas



7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(a) Composição da carteira de crédito

Setores de atividade:	Individual				Consolidado			
	31/03/2022		31/12/2021		31/03/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Setor privado								
Rural	59.882	1,0	63.363	1,1	60.253	0,9	63.717	0,9
Indústria	62.039	1,1	82.055	1,4	64.032	0,9	83.051	1,2
Comércio	964.534	16,5	974.692	17,0	964.534	13,9	974.692	14,2
Instituições financeiras	3.745	0,1	4.831	0,1	-	-	-	-
Outros serviços	484.412	8,3	481.161	8,4	484.412	7,0	481.161	7,0
Pessoas físicas	4.273.267	73,0	4.136.348	72,0	5.389.579	77,3	5.252.434	76,6
Total da carteira de crédito	5.847.879	100,0	5.742.450	100,0	6.962.810	100,0	6.855.055	100,0
Empréstimos	2.764.916	47,3	2.749.724	47,9	3.883.592	55,8	3.867.160	56,4
Financiamentos	3.078.434	52,6	2.986.660	52,0	3.078.434	44,2	2.986.660	43,6
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	3.745	0,1	4.831	0,1	-	-	-	-
Outros créditos	784	-	1.235	-	784	-	1.235	-
Total da carteira de crédito	5.847.879	100,0	5.742.450	100,0	6.962.810	100,0	6.855.055	100,0
Ajuste ao valor mercado - item objeto hedge	(77.510)		(61.943)		(77.510)		(61.943)	
Total global	5.770.369		5.680.507		6.885.300		6.793.112	

(b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento:	Individual							
	31/03/2022				31/12/2021			
	A vencer	Vencidos	Total	%	A vencer	Vencidos	Total	%
A vencer								
- até 180 dias	1.875.924	12.301	1.888.225	32,3	1.867.486	12.595	1.880.081	32,7
- de 181 a 360 dias	898.738	8.775	907.513	15,5	885.250	8.398	893.648	15,6
- acima de 360 dias	3.015.831	27.868	3.043.699	52,0	2.934.084	27.131	2.961.215	51,5
Total vincendas	5.790.493	48.944	5.839.437	99,8	5.686.820	48.124	5.734.944	99,8
Vencidas								
- até 60 dias	-	3.082	3.082	0,1	-	2.978	2.978	0,1
- de 61 a 180 dias	-	3.871	3.871	0,1	-	2.985	2.985	0,1
- acima de 180 dias	-	1.489	1.489	-	-	1.543	1.543	-
Total vencidas	-	8.442	8.442	0,2	-	7.506	7.506	0,2
Total da carteira	5.790.493	57.386	5.847.879	100,0	5.686.820	55.630	5.742.450	100,0
Parcelas por Faixas de Vencimento:	Consolidado							
	31/03/2022				31/12/2021			
	A vencer	Vencidos	Total	%	A vencer	Vencidos	Total	%
A vencer								
- até 180 dias	2.014.078	13.477	2.027.555	29,1	2.012.695	13.737	2.026.432	29,6
- de 181 a 360 dias	1.032.420	9.816	1.042.236	15,0	1.015.590	9.387	1.024.977	15,0
- acima de 360 dias	3.848.256	35.268	3.883.524	55,8	3.761.245	34.015	3.795.260	55,4
Total vincendas	6.894.754	58.561	6.953.315	99,9	6.789.530	57.139	6.846.669	100,0
Vencidas								
- até 60 dias	-	3.365	3.365	-	-	3.246	3.246	-
- de 61 a 180 dias	-	4.373	4.373	0,1	-	3.424	3.424	-
- acima de 180 dias	-	1.757	1.757	-	-	1.716	1.716	-
Total vencidas	-	9.495	9.495	0,1	-	8.386	8.386	-
Total da carteira	6.894.754	68.056	6.962.810	100,0	6.789.530	65.525	6.855.055	100,0

Notas Explicativas

**(c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco**

A Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco:	Individual						Consolidado								
	31/03/2022			31/12/2021			31/03/2022			31/12/2021					
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão			Saldo da Carteira de Crédito			Provisão					
(*)			Mínima			(*)			Mínima						
	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil
AA	343.804	-	343.804	-	-	311.198	-	311.198	-	-	307.542	-	307.542	-	-
A	5.299.665	-	5.299.665	26.498	37.098	5.235.462	-	5.235.462	26.177	37.173	6.338.863	-	6.338.863	31.694	43.573
B	122.244	9.327	131.571	1.316	3.617	116.447	10.140	126.587	1.266	3.416	117.728	11.156	128.884	1.289	3.485
C	14.432	11.928	26.360	791	2.631	13.450	10.839	24.289	729	2.407	13.989	11.979	25.968	779	2.514
D	1.307	5.301	6.608	661	1.976	1.189	6.756	7.945	795	2.382	1.466	7.594	9.060	906	2.493
E	554	4.637	5.191	1.557	2.591	630	4.359	4.989	1.497	2.494	684	5.704	6.388	1.916	2.914
F	183	7.126	7.309	3.655	5.116	184	4.090	4.274	2.137	2.991	347	5.768	6.115	3.058	3.911
G	2.867	3.181	6.048	4.234	6.047	2.735	3.983	6.718	4.703	6.718	2.823	4.854	7.677	5.374	7.390
H	5.437	15.886	21.323	21.323	21.323	5.525	15.463	20.988	20.988	20.988	6.088	18.470	24.558	24.558	24.558
Total	5.790.493	57.386	5.847.879	60.035	80.399	5.686.820	55.630	5.742.450	58.292	78.569	6.789.530	65.525	6.855.055	69.574	90.838

(*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

(d) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Individual		Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial do trimestre	78.569	66.084	90.838	84.246
Complemento líquido de reversão	8.675	7.469	11.650	9.428
Baixas líquidas dos valores recuperados	(6.845)	(7.470)	(8.333)	(8.307)
Saldo final do trimestre	80.399	66.083	94.155	85.367

A provisão atingiu o saldo de R\$ 80.399 (31/12/2021 R\$ 78.569) e consolidado R\$ 94.155 (31/12/2021 R\$ 90.838), correspondente a 1,37% (31/12/2021 1,37%) e consolidado a 1,35% (31/12/2021 1,33%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de *hedge*. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

Notas Explicativas



Foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 8.359 (1º trimestre/2021 R\$ 8.245) e consolidado R\$ 9.848 (1º trimestre/2021 R\$ 9.081) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 2.372 (1º trimestre/2021 R\$ 2.246) e consolidado R\$ 2.740 (1º trimestre/2021 R\$ 3.082).

A renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, a Companhia e a sua controlada concederam ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 31/03/2022, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 47.904 (31/12/2021 R\$ 64.056) e consolidado R\$ 50.174 (31/12/2021 R\$ 66.903), equivalente a 0,82% (31/12/2021 1,12%) e no consolidado a 0,72% (31/12/2021 0,98%) da carteira.

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 31/03/2022 é de R\$ 61.926 (31/12/2021 R\$ 52.196) e consolidado R\$ 82.276 (31/12/2021 R\$ 66.681).

(e) Cessão de crédito

(e.1) Cessões de crédito da Companhia

As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 "e" destas demonstrações financeiras.

Em 2020 a companhia passou a realizar operações de créditos sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada. No 1º trimestre de 2021 o volume de transação destas operações correspondiam a R\$ 192.801. Em 2022 não foi realizado este tipo de operação.

(e.2) Aquisição de carteira de crédito pela controlada

Em 2020 a controlada passou a realizar operações de créditos sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada. O volume destas transações em 2021 R\$ 586.257. Em 2022 não foi realizado este tipo de operação.

(f) Rendas de operações de crédito

	Individual		Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2022	2021	2022	2021
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	86.851	34.445	121.113	23.279
Rendas de financiamentos	91.925	9.194	91.925	11.098
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.471	1.742	1.837	2.077
Total	180.247	45.381	214.875	36.454

Notas Explicativas**8) OUTROS ATIVOS**

	Individual		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	39.351	39.516	41.739	42.003
Comissões sobre contratos	27.782	26.266	27.782	26.266
Carteira de crédito - recursos em trânsito	26.860	8.163	39.034	9.799
Despesa antecipada	10.334	6.856	11.245	7.170
Bens não de uso próprio	1.761	1.672	1.761	1.672
Outros	5.273	5.847	6.368	5.981
Total	111.361	88.320	127.929	92.891
Circulante	52.171	31.240	65.927	33.273
Não Circulante	59.190	57.080	62.002	59.618
Total	111.361	88.320	127.929	92.891

9) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social**

	Individual	
	1º Trimestre	
	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado	21.245	16.485
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(8.498)	(6.594)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	71	(541)
Créditos amortizados para prejuízo	38	(673)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(732)	1
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	(3.457)	(164)
Ativo fiscal diferido	9.258	(36.483)
Obrigações fiscais diferidas	(6.776)	37.442
Outros valores	2.915	1.333
Imposto de renda e contribuição social	(7.181)	(5.679)
Sendo:		
Impostos correntes	(9.663)	(6.638)
Impostos diferidos	2.482	959
Despesa contabilizada	(7.181)	(5.679)

(i) Vide nota explicativa nº 2 letra "h".

Notas Explicativas

**(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social**

	Individual			
	31/12/2021	Constituição	Realização	31/03/2022
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	7.020	5.873	(2.350)	10.543
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31.428	5.892	(5.160)	32.160
Créditos amortizados para prejuízo	9.272	1.032	(1.071)	9.233
Outros créditos tributários	5.753	2.521	(4.140)	4.134
Derivativos (*)	26.426	8.786	(2.125)	33.087
Total - crédito tributário ativo	79.899	24.104	(14.846)	89.157
Derivativos (*)	(25.027)	(8.746)	2.010	(31.763)
Outros	(1.201)	(40)	-	(1.241)
Total - obrigações fiscais diferidas	(26.228)	(8.786)	2.010	(33.004)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	53.671			56.153
% sobre patrimônio líquido	5,2%			5,3%

(*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas sobre o ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos.

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31/12/2021, estimou que a realização do crédito tributário ativo ocorrerá na seguinte proporção:

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5 anos
Realização dos créditos tributários	34%	35%	13%	6%	6%	6%

Em 31/12/2021, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 43.031. Em 31/03/2022 e 31/12/2021 todos os créditos tributários estavam ativados.

Notas Explicativas



10) DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

	Individual				
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
					31/03/2022
Depósitos interfinanceiros (i)	513.046	1.027.070	4.286.763	876.325	6.703.204
Obrigações por repasses (ii)	559	1.408	1.849	145	3.961
Total de captações	513.605	1.028.478	4.288.612	876.470	6.707.165
% concentração por prazo	7,7%	15,3%	63,9%	13,1%	100,0%

	Individual				
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
					31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	574.803	1.468.383	4.679.835	1.779.146	8.502.167
Obrigações por repasses	619	1.729	2.277	227	4.852
Total de captações	575.422	1.470.112	4.682.112	1.779.373	8.507.019
% concentração por prazo	6,8%	17,3%	55,0%	20,9%	100,0%

	Consolidado				
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
					31/03/2022
Depósitos à vista	86.541	-	-	-	86.541
Depósitos interfinanceiros (i)	513.046	1.063.026	5.524.778	1.074.912	8.175.762
Total de depósitos	599.587	1.063.026	5.524.778	1.074.912	8.262.303
Obrigações por repasses (ii)	559	1.408	1.849	145	3.961
Total de captações	600.146	1.064.434	5.526.627	1.075.057	8.266.264
% concentração por prazo	7,2%	12,9%	66,9%	13,0%	100,0%

	Consolidado				
	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
					31/12/2021
Depósitos à vista	83.443	-	-	-	83.443
Depósitos interfinanceiros	574.803	1.501.009	4.862.399	2.666.364	9.604.575
Total de depósitos	658.246	1.501.009	4.862.399	2.666.364	9.688.018
Obrigações por repasses	619	1.729	2.277	227	4.852
Total de captações	658.865	1.502.738	4.864.676	2.666.591	9.692.870
% concentração por prazo	6,8%	15,5%	50,2%	27,5%	100,0%

(i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 26/02/2031 indexados à taxa pré-fixada que variam de 4,33% a 13,25% a.a. e pós-fixada indexado em 100% a 112,00% do CDI.

(ii) Representado por Operações BNDES, com vencimentos até 17/10/2022 à taxa pós-fixada 2,02% a.a. mais TJLP. Operações de FINAME com vencimentos até 15/08/2025 à taxa pós-fixada de 2,02% a.a. mais TJLP, e à taxa pós-fixada de 1,33% mais SELIC, pós-fixada de 4,09% até 4,25% a.a. mais TLP - IPC, e pré-fixada de 1,30% até 5,18% a.a., garantidas por contratos.

Notas Explicativas



11) PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas informações trimestrais são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2022 estão demonstradas a seguir:

	Individual				Consolidado			
	Fiscais e Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total	Fiscais e Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo inicial em 01/01/2022	988	14.709	1.854	17.551	1.012	15.446	1.876	18.334
(+) Complemento líquido de reversões	-	14.439	228	14.667	-	14.734	223	14.957
(+) Atualização	16	-	-	16	16	-	-	16
(-) Pagamentos	-	(5.630) (*)	(246)	(5.876)	-	(5.630) (*)	(246)	(5.876)
Saldo final em 31/03/2022	1.004	23.518	1.836	26.358	1.028	24.550	1.853	27.431

(*) Refere-se, basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Passivos Contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

A Companhia e sua controlada possuem outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 6.826 (31/12/2021 R\$ 6.756) e consolidado R\$ 14.607 (31/12/2021 R\$ 14.403).

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes", e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia e sua controlada a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 13.368 (31/12/2021 R\$ 13.368) e consolidado R\$ 13.506 (31/12/2021 R\$ 13.506).

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes". Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas

Notas Explicativas

significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 5.018 (31/12/2021 R\$ 4.701) e consolidado R\$ 5.540 (31/12/2021 R\$ 5.400), representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

12) OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	22.460	40.516	39.062	50.799
Valores recebidos a maior	2.372	-	2.372	-
Provisão IOF a recolher Autbank	708	554	708	554
Recebimento de tributos	-	-	7.877	-
Provisões de pessoal e administrativa	19.200	24.168	22.380	35.351
Fiscais e previdenciárias	12.941	23.604	13.792	24.631
Sociais e estatutárias	4.996	17.924	6.603	19.783
Resultado de exercícios futuros	6.482	7.606	6.482	7.606
Outros	6.078	6.250	7.054	6.538
Total	75.237	120.622	106.330	145.262
Circulante	74.562	119.947	104.865	142.493
Não Circulante	675	675	1.465	2.769
Total	75.237	120.622	106.330	145.262

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital social**

Dividido em 58.736.269 (31/12/2021 58.736.269) de ações ordinárias e 44.206.287 (31/12/2021 44.206.287) de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, a ser homologada pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento de capital social para R\$ 517.001 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 27.403.

(b) Dividendos

O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995.

Notas Explicativas**(c) Reservas de lucros**

	Individual e Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Reserva legal	74.787	74.788
Reservas estatutárias - aumento de capital	354.209	381.611
Reservas estatutárias - dividendos	88.004	88.004
Total	517.000	544.403

(d) Ações em tesouraria - programa de recompra de ações

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do artigo 18, alínea "h" do Estatuto Social da Companhia, em 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. Foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189.

A quantidade de ações em tesouraria em 31/03/2022 era de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.407.

Em 31/03/2022 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON era de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo era de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente.

O valor de mercado das ações, em 31/03/2022, era de R\$ 5,16 por ação ON e R\$ 5,23 por ação PN.

Notas Explicativas



14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	Individual			
	31/03/2022	31/12/2021	1º Trimestre	
			2022	2021
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	30.552	9.634	-	-
- Controlada	30.552	9.634	-	-
Banco Alfa S.A.	30.552	9.634	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros	(4.854.187)	(4.645.494)	(98.706)	(14.988)
- Outras partes relacionadas (1)	(4.854.187)	(4.645.494)	(98.706)	(14.988)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	-	(26)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(4.854.187)	(4.645.494)	(98.706)	(14.962)
Aquisição de ativos financeiros (2)	3.745	4.831	210	581
- Controlada	3.745	4.831	210	553
Banco Alfa S.A.	3.745	4.831	210	553
- Outras partes relacionadas (1)	-	-	-	28
C&C Casa e Construção Ltda.	-	-	-	28
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(4.974)	-	-
- Controlada	-	1.013	-	-
Banco Alfa S.A.	-	1.013	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	-	(2.856)	-	-
Alfa Holdings S.A.	-	(372)	-	-
Consórcio Alfa de Administração S.A.	-	(372)	-	-
Corumbal Participações e Administração	-	(2.112)	-	-
- Pessoal chave da Administração da entidade ou de sua controladora	-	(3.131)	-	-
Outras transações	(728)	(631)	-	9.375
- Controlada	(303)	(247)	-	9.375
Banco Alfa S.A.	(303)	(247)	-	9.375
- Outras partes relacionadas (1)	(425)	(384)	-	-
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	22	(27)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(447)	(357)	-	-

Todas as transações entre a Companhia e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à controlada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração.

Notas Explicativas



Em 2022, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global de até R\$ 859 (R\$ 784 em 2021). No 1º trimestre de 2022, foi pago a título de remuneração da administração o valor total de R\$ 2.235 (1º trimestre/2021 R\$ 1.703).

A Companhia e sua controlada não possuem benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

(b.1) Em 29/10/2018 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações devedoras em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e;
 - b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

(c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 31 de março de 2022: Ordinárias 1,898%, Preferenciais 35,865% e do total de ações 16,484%.

15) GERENCIAMENTO DE RISCO

Risco Corporativo

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa ("Prudencial") sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.

O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências, que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial, devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha também o papel de

Notas Explicativas



disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções nºs 4.557/2017 e 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: www.alfanet.com.br.

Risco de Mercado

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

Risco de Liquidez

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

Risco de Crédito

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência sejam aplicados na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos a Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.

Risco Operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional, associado aos produtos e os fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, inadequação de processos internos ou sistemas, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

Notas Explicativas



A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.

Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação, decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

16) ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O Índice de Capital para 31 de março de 2022 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 14,62% (31/12/2021 14,53%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Conglomerado Prudencial Alfa.

	Prudencial	
	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência – Nível I	2.675.315	2.647.229
Capital Principal	2.675.315	2.647.229
Patrimônio Líquido	2.711.312	2.673.268
(-) Ajustes Prudenciais	(35.997)	(26.039)
Patrimônio de Referência (PR)	2.675.315	2.647.229
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	18.297.763	18.215.203
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	16.574.334	16.133.729
Risco de Mercado	255.769	744.691
Risco Operacional	1.467.660	1.336.783
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.463.821	1.457.216
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	365.955	364.304
Índice de Basileia	14,62%	14,53%
Capital de Nível I	14,62%	14,53%
Capital Principal	14,62%	14,53%

O Banco Central do Brasil, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total. Em 31 de março de 2022, o Índice de Razão de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 10,58% (31/12/2021 10,36%).

Notas Explicativas



17) OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2022	2021	2022	2021
Dividendos prescritos	503	505	503	505
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	379	137	421	166
Receita com portabilidade de crédito	333	231	377	399
Reversão de provisão operacional	-	1.843	-	2.233
Outras rendas operacionais	66	75	96	112
Total	1.281	2.791	1.397	3.415

(b) Despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2022	2021	2021	2021
Processamento de dados	(5.467)	(4.451)	(7.435)	(5.550)
Serviços de terceiros	(3.047)	(3.587)	(3.124)	(3.651)
Aluguéis	(2.316)	(2.371)	(2.515)	(2.492)
Serviços técnicos especializados	(1.962)	(1.339)	(2.061)	(1.615)
Serviços do sistema financeiro	(1.166)	(1.327)	(1.645)	(1.895)
Promoções e relações públicas	(889)	(594)	(901)	(595)
Propaganda e publicidade	(841)	(2.329)	(841)	(2.333)
Comunicações	(804)	(943)	(903)	(1.050)
Depreciação e amortização	(636)	(590)	(702)	(657)
Outras despesas administrativas	(1.737)	(1.707)	(1.997)	(2.008)
Total	(18.865)	(19.238)	(22.124)	(21.846)

(c) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	1º Trimestre		1º Trimestre	
	2022	2021	2022	2021
Comissões	(4.546)	(3.824)	(4.546)	(3.824)
Despesas com intermediação / equalização de contratos	(2.249)	(2.693)	(2.249)	(2.693)
SVR - Sistema de Valores a Receber	(1.803)	-	(1.956)	-
Ressarcimento de custo de origem	(390)	(1.026)	(498)	(1.777)
Despesas com créditos inadimplentes	(342)	(311)	(368)	(325)
Indenização trabalhista e cível	(294)	(1.209)	(296)	(1.210)
Prêmio de operações de vendas - ligadas	(50)	(211)	(133)	(701)
Perdas Operacionais	-	-	(585)	(6.600)
Outras despesas operacionais	(879)	(819)	(880)	(1.165)
Total	(10.553)	(10.093)	(11.511)	(18.295)

(d) Contratação de seguros

O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 102.245 (31/12/2021 R\$ 102.245) para danos

Notas Explicativas



materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2021 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2021 R\$ 3.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado.

(e) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia e sua controlada não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

18) PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA

Investida	% Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro do Período	Qte de ações ordinárias	Valor contábil do Investimento		Resultado do 1º Trimestre	
						31/03/2022	31/12/2021	2022	2021
Banco Alfa S.A	80%	60.638	124.781	3.506	20.304.520	99.825	97.020	2.805	1.853

Em 31 de agosto de 2020, a Companhia adquiriu 20.304.520 ações ordinárias nominativas, do capital social do Banco Alfa S.A.. O preço de compra totalizou R\$ 89.145 a valor contábil, correspondente ao valor patrimonial dessas ações em 30 de junho de 2020.

19) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	Individual		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
No início do trimestre	3.866.462	1.347.598	3.997.100	1.349.100
Disponibilidades	9.789	12.699	190	201
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	3.856.673	1.334.899	3.996.910	1.348.899
No final do trimestre	1.879.680	3.866.462	2.407.501	3.997.100
Disponibilidades	30.664	9.789	145	190
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	1.849.016	3.856.673	2.407.356	3.996.910
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.986.782)	2.518.864	(1.589.599)	2.648.000

(i) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

20) OUTROS ASSUNTOS

(a) A Companhia monitora os efeitos desta pandemia nas suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

A Companhia mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

(b) **Majoração da Alíquota de CSLL:** A Medida Provisória nº1.115 de 28/04/2022, publicada em edição extraordinária do Diário Oficial da União, majora em 1% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras no período entre 01/08/2022 e 31/12/2022.

Notas Explicativas


INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS DOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021 – EM R\$ MIL PREPARADAS DE ACORDO COM O IAS 34.
BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)

ATIVO	Nota Explicativa	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e disponibilidades em bancos	04 / 05	145	190
Instrumentos financeiros derivativos	04 / 06	23.551	17.898
Operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras	04 / 07	2.416.390	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	04 / 08	6.792.139	6.701.233
Títulos para investimento	04 / 09	233.550	263.665
Ativos tangíveis		8.030	8.340
Ativos intangíveis		2.095	1.750
Ativos tributários diferidos	23b	92.656	86.637
Ativos recebidos em dação por recuperação de créditos		1.131	1.042
Outros Ativos	10	140.586	90.665
TOTAL DO ATIVO		9.710.273	11.181.967
OBRIGAÇÕES			
Passivos com instituições financeiras	04 / 11	8.183.624	9.612.389
Depósitos de clientes	04	78.679	75.629
Instrumentos financeiros derivativos	04 / 06	201.726	243.719
Empréstimos e repasses	04 / 12	3.961	4.852
Obrigações fiscais		58.170	52.894
Passivos contingentes e obrigações legais	13	27.431	18.334
Outros passivos	14	78.496	111.269
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES		8.632.087	10.119.086
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	517.001	489.598
Reserva de capital		4.099	4.099
Reserva de Lucros	16b	517.000	544.403
Lucros / (prejuízos) acumulados	16c	16.243	1.654
Ações em tesouraria	16a	(1.407)	(1.407)
TOTAL DO PATRIMÔNIO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		1.052.936	1.038.347
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		25.250	24.534
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.078.186	1.062.881
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.710.273	11.181.967

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (EM R\$ MIL)
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

	Nota Explicativa	1° Trimestre	
		2022	2021
Receitas de juros e similares	16	296.777	47.441
Despesas de juros e similares	16	(189.870)	(37.864)
Resultado líquido de juros		106.907	9.577
Receitas de serviços e comissões	17	4.311	5.348
Despesas de serviços e comissões	17	(7.437)	(8.278)
Resultado líquido de serviços e comissões		(3.126)	(2.930)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6f	14.427	100.691
Outras receitas	18	1.588	3.625
Resultado operacional		119.796	110.963
Resultado de perdas esperadas de ativos financeiros	19	(7.973)	(7.990)
Despesas de pessoal	20	(42.051)	(43.116)
Gastos gerais administrativos	21	(24.442)	(23.942)
Outras despesas	22	(19.523)	(16.491)
Resultado antes dos impostos		25.807	19.424
Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	23a	(10.502)	(8.788)
Resultado líquido do trimestre		15.305	10.636
Parcela do resultado dos acionistas controladores		14.589	10.183
Parcela do resultado dos acionistas não controladores		716	453
Total do resultado do trimestre		15.305	10.636
LUCRO POR AÇÃO (em Reais)			
Lucro Básico e Diluído por 1.000 Ações (em Reais - R\$)			
Ações Ordinárias		136,27	95,11
Ações Preferenciais		149,89	104,62

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (EM R\$ MIL)
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

	1° Trimestre	
	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	15.305	10.636
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO TRIMESTRE	15.305	10.636



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM R\$ MIL)
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2022**

EVENTOS	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total Controladores	Participação de Acionistas não Controladores	Totais
Saldos em 31/12/2020.....	473.930	-	4.099	505.264	(1.407)	468	982.354	22.937	1.005.291
Aumento de Capital - AGE/AGO 31/03/2021.....	-	15.668	-	(15.668)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Trimestre.....	-	-	-	-	-	10.183	10.183	453	10.636
Saldos em 31/03/2021.....	473.930	15.668	4.099	489.596	(1.407)	10.651	992.537	23.390	1.015.927
Mutações do Período.....	-	15.668	-	(15.668)	-	10.183	10.183	453	10.636
Saldos em 31/12/2021.....	489.598	-	4.099	544.403	(1.407)	1.654	1.038.347	24.534	1.062.881
Aumento de Capital - AGE/AGO 30/03/2022.....	-	27.403	-	(27.403)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Trimestre.....	-	-	-	-	-	14.589	14.589	716	15.305
Saldos em 31/03/2022.....	489.598	27.403	4.099	517.000	(1.407)	16.243	1.052.936	25.250	1.078.186
Mutações do Período.....	-	27.403	-	(27.403)	-	14.589	14.589	716	15.305

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (EM R\$ MIL)
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021**

	1° Trimestre	
	2022	2021
1. RECEITAS	309.130	149.115
Intermediação Financeira	311.204	148.132
Receitas de serviços e comissões	4.311	5.348
Resultado das perdas com impairment de ativos financeiros	(7.973)	(7.990)
Outras Receitas Operacionais	1.588	3.625
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	189.870	37.864
3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	41.192	38.334
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	1.170	1.305
Serviços de Terceiros	40.022	37.029
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	78.068	72.917
5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	702	657
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	77.366	72.260
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	77.366	72.260
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	77.366	72.260
Pessoal	37.317	37.441
Remuneração Direta	28.232	27.382
Benefícios	7.279	7.062
F.G.T.S.	1.806	2.997
Impostos, Taxas e Contribuições	22.228	21.691
Federais	21.390	20.618
Estaduais	-	5
Municipais	838	1.068
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.516	2.492
Aluguéis	2.516	2.492
Remuneração de Capitais Próprios	15.305	10.636
Lucros Retidos do Semestre / Exercícios	14.589	10.183
Participação não Controladores	716	453

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - METODO INDIRETO (EM R\$ MIL)
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

	1° Trimestre	
	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	15.305	10.636
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	25.199	14.619
- Depreciações e Amortizações	702	657
- Perdas Esperadas	9.812	10.070
- Ajustes de Provisão de Passivos Contingentes	15.106	4.058
- Ajustes de Atualização de Depósito Judicial	(421)	(166)
(AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(157.380)	(339.659)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(5.653)	(1.765)
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	4.603	(815)
Operações de Crédito e Adiantamentos a Clientes	(100.718)	(403.235)
Ativos Tributários Diferidos	(6.019)	63.293
Ativos Recebidos em Dação por Recuperação de Créditos	(89)	(300)
Outros Ativos	(49.504)	3.163
AUMENTO DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(1.490.761)	639.139
Passivos com Instituições Financeiras	(1.428.764)	796.486
Depósitos de clientes	3.050	(210)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(41.993)	(132.313)
Títulos Emitidos	-	12.809
Empréstimos e Repasses	(890)	(910)
Obrigações Fiscais	5.276	(56.703)
Passivos Contingentes e Obrigações Legais	(6.009)	(3.595)
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.948)	(9.173)
Outros Passivos	(2.483)	32.748
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE / (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.607.637)	324.735
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativos Tangíveis	(234)	(1.090)
Aplicações no Intangível	(512)	(213)
Alienação de Ativos Tangíveis	13	3
(Aumento) de Títulos para Investimento	30.115	(994)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE / (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	29.382	(2.294)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio Pagos	(11.344)	(10.106)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(11.344)	(10.106)
AUMENTO / (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.589.599)	312.335
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Trimestre	3.997.100	1.349.100
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Trimestre	2.407.501	1.661.435
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.589.599)	312.335

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021 EM R\$ MIL.

1) ATIVIDADE E ESTRUTURA DA EMPRESA

O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – C.F.I. (“Companhia e sua controlada”), a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- C.F.I. são Companhia abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador da Financeira Alfa e sua controlada possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nestas informações trimestrais: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa) e Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica).

2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM IFRS

a. Declaração de conformidade

Este conjunto de Informações trimestrais foi elaborado considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Informações trimestrais anuais de acordo com as práticas Internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Essas Normas e Interpretações constituem o padrão IFRS e compreendem:

- Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS);

Notas Explicativas



- Normas Internacionais de Contabilidade (IAS); e
- Interpretações desenvolvidas pelo Comitê de Interpretações de Relatórios Financeiro Internacional (IFRIC) ou pelo antigo Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

As práticas contábeis utilizadas na preparação das informações trimestrais referente a 31 de março de 2022 são consistentes com as utilizadas na preparação das informações trimestrais referentes a 31 de março de 2021 e demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2021, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

As notas explicativas às informações trimestrais contêm descrições narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, na demonstração dos resultados, na demonstração dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa.

Estas informações trimestrais foram concluídas em 10 de maio de 2022 e aprovadas pelo Conselho Fiscal da Companhia e sua controlada, em 11 de maio de 2022.

b. Consolidação

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do CMN, do BACEN, da CVM, quando aplicável, incluindo os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36, tendo sido eliminada a participação na empresa consolidada, os saldos de contas, as despesas e receitas e os lucros não realizados entre empresas. Também foram destacadas as parcelas do lucro líquido e patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

Essas informações consolidadas incluem as informações trimestrais da companhia e sua controlada direta e seu respectivo percentual de participação de 80%.

c. Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

d. Base para mensuração

As informações trimestrais foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos e passivos por valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado. O valor contábil de operações de crédito designadas como objeto de "hedge" em transações qualificáveis para "hedge contábil" é ajustado ao valor justo no que diz respeito ao montante do risco "hedgeado".

e. Uso de estimativas e julgamentos

No processo de elaboração das informações trimestrais em IFRS da Companhia e sua controlada, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas informações trimestrais. As principais aplicações do trimestre de julgamento e da utilização de estimativas ocorrem com:

- Perda esperada de operações de crédito e adiantamentos a clientes e à instituições financeiras (Notas Explicativas nº 4, 7 e 8);
- Categorização e avaliação de instrumentos financeiros (Notas Explicativas nº 4, 6, 7, 8 e 9);

Notas Explicativas



- Passivos Contingentes e Obrigações legais (Nota Explicativa nº 14);
- Ativos tributários diferidos (Nota Explicativa nº 24b) e
- Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas Explicativas nº 4, 6 e 9).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das informações trimestrais e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

Informações adicionais sobre o uso de estimativas e julgamentos são apresentadas diretamente nas notas explicativas específicas.

f. Mudanças nas principais práticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas nessas informações trimestrais consolidadas são as mesmas aplicadas nas demonstrações consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

IFRS 16 – Arrendamentos

A nova norma não altera a definição de arrendamento, em que o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de um pagamento ou uma série de pagamentos, o direito de utilizar o ativo por um período de tempo pactuado. Porém não existe mais a distinção entre os critérios contábeis aplicados para arrendamento operacional e arrendamento financeiro.

A Companhia e sua controlada analisou seus contratos de arrendamento nos termos do IFRS16 – Arrendamento e não há efeitos significativos de valores decorrente da nova avaliação de classificação nas informações trimestrais.

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento fiscal é aceitável de acordo com as legislações tributárias. O escopo da Interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido, no entanto, não se aplica à incerteza relativa a impostos abrangidos por outras normas.

A Companhia e sua controlada não possuem impactos para fins de IFRIC 23.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e disponibilidades em bancos

O saldo em caixa e disponibilidades em bancos compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários a vista (no Brasil).

b. Instrumentos financeiros ativos e passivos

Companhia e sua controlada trata seus instrumentos financeiros ativos e passivos nos termos do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. A classificação dos ativos financeiros é fundamentada nos modelos de negócios aprovados pela Administração da Companhia e sua controlada, bem como nas características dos fluxos de caixa contratados.

Notas Explicativas



i. Reconhecimento e mensuração inicial IFRS 9

Todos os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo. No curso normal dos negócios, o valor justo de um instrumento financeiro no seu reconhecimento inicial é o preço da transação, acrescido (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo contra resultado) dos custos de transação que são incrementais, diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia e sua controlada estão classificados em uma das categorias apresentadas de acordo com o IFRS 9 a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: i) aqueles cujo o objetivo do modelo de negócio seja manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxo de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros (instrumentos de dívida) classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente: i) aqueles ativos cujo o objetivo do modelo de negócios seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos que não se enquadrem nos itens "1" e "2" acima. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos Financeiros: são classificados como mensurados ao custo amortizados; exceto os passivos derivativos.

O IFRS 13 define que a determinação do valor justo de um Ativo ou Passivo financeiro pode prever o uso de três abordagens quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamadas níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível II: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível III: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As práticas contábeis adotadas para cada uma das categorias de instrumentos financeiros são apresentadas em tópicos específicos deste capítulo.

Notas Explicativas



iii. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando a) os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa expiram; ou b) quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são transferidos; ou c) quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não o controla.

Os passivos financeiros (ou uma parte de um passivo financeiro) são baixados quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou se expiram, conforme requer o IFRS 9, parágrafo 3.3.1.

A Companhia e sua controlada realizaram operações de cessão de crédito com coobrigação nas quais ativos financeiros reconhecidos foram transferidos, porém, em razão da coobrigação assumida, os riscos dos ativos cedidos se mantiveram retidos. Nestas circunstâncias, conforme requer o IFRS 9, parágrafo 3.2.3, os ativos cedidos não são baixados do balanço patrimonial e uma obrigação é reconhecida pelo montante captado na transação. O resultado da operação é reconhecido tomando por base a taxa efetiva da operação ao longo do seu prazo remanescente.

A Companhia e sua controlada realizaram a baixa de operação de crédito e adiantamentos e títulos de investimento quando estes não são considerados incobráveis.

iv. Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço quando, e somente quando, a controlada da Companhia possuem o direito legal de compensar os valores, e a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitido pelas normas contábeis.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada decidiram manter sua contabilidade de Hedge Accounting alinhadas com as diretrizes de gestão de riscos estabelecidas em suas políticas contábeis de acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tal como facultado pelo IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e descrito abaixo.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia e sua controlada. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos".

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pelo IAS 39, são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge de Valor Justo: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;

Notas Explicativas



- Hedge de Fluxo de Caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

A Companhia e sua controlada não realizaram até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (“*hedge*”) com natureza de “hedge de fluxo de caixa”.

A Companhia e sua controlada, conforme descrito na nota explicativa nº 6, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, fazem uso de instrumentos financeiros derivativos, contratos de SWAP registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Classificados como “Hedge de Valor Justo”, tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela B3.

As operações de crédito designadas para “hedge” de valor justo, como previsto no IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (“hedge”), conforme requer o IAS 39, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 6.

d. Operações de crédito e adiantamentos

As operações de crédito e adiantamentos para instituições financeiras e clientes são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, originados pela Companhia e sua controlada, reconhecidos por ocasião do seu desembolso e que não existe intenção de venda no curto prazo. São baixadas quando o cliente paga sua obrigação, quando não há expectativa de gerar fluxo de caixa futuro (inadimplência) ou quando cedidas com transferência substancial de todos os riscos e benefícios. As operações de crédito e adiantamentos para instituições financeiras e clientes são inicialmente registradas pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo incremental diretamente atribuível e são subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, reduzido por qualquer perda esperada. Para as operações ou parcelas de operações de crédito e adiantamentos que sejam designados como objeto de “hedge”, e cujo relacionamento de “hedge” se qualifica para “hedge” contábil de valor justo, o valor de carregamento destas operações especificamente no que diz respeito ao risco “hedgado” é ajustado a valor justo.

Operações de compra de ativos financeiros com compromisso de revenda são registradas como operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras. A diferença entre o preço de compra e revenda é tratado como juros e apropriado de forma exponencial ao longo do prazo da operação.

e. Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamentos

A IFRS 9 determina a utilização de um modelo prospectivo de “perda esperada”. Isso exige um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam a perda esperada de crédito, que será determinada com base em probabilidades ponderadas.

Notas Explicativas



A perda esperada de crédito é resultado do produto de 3 fatores: a probabilidade de descumprimento (PD), a perda irre recuperável do descumprimento (LGD) e a exposição ao descumprimento (EAD).

A PD refere-se à probabilidade de descumprimento de um cliente para com suas obrigações de liquidação de uma operação de crédito. A PD é calculada através de modelo estatístico interno baseada em informações sobre o cliente - seu risco interno (rating), produto, garantias prestadas, histórico financeiro com companhia entre outros. O LGD trata da perda irre recuperável do descumprimento da operação de crédito após o emprego de todas as medidas de recuperação e cobrança cabíveis no processo. Por fim a EAD refere-se à exposição contábil sujeita ao descumprimento da liquidação do crédito na data da apuração da perda esperada. Adicionalmente, além dos fatores utilizados na apuração da perda esperada, a companhia considera o efeito de variáveis macroeconômicas, que podem sensibilizar esta apuração.

A perda esperada é mensurada nas seguintes bases:

- a) Perdas de crédito esperada para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

f. Ativos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os ativos originalmente recebidos em garantia, que são retomados em ações de cobrança ou recebidos em "dação em pagamento" por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de "ativos recebidos em dação por recuperação de créditos" e são registrados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre seu valor justo, deduzidos dos custos esperados na venda, e o valor contábil do crédito ou adiantamento concedido objeto da recuperação.

Subsequentemente, estes ativos são reavaliados no mínimo por ocasião dos balanços, pelo menor valor entre o valor de seu reconhecimento inicial e o seu valor justo deduzido dos custos esperados na venda.

g. Ativos tangíveis

O imobilizado é demonstrado pelo valor de custo, excluindo os gastos com manutenção, deduzida a depreciação acumulada e, se necessário, o ajuste ao seu valor de recuperação.

A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo de sua vida útil estimada. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas de imobilizados são as seguintes:

Notas Explicativas



Descrição	Tempo de vida útil estimado
Veículos e Equipamentos de Processamento de dados	05 anos
Demais itens	10 anos

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "Outras Receitas" na demonstração do resultado do trimestre em que o ativo foi alienado.

h. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivativos incluem recursos de depósitos captados junto a clientes e instituições financeiras, títulos emitidos, captações de empréstimos e recursos de repasses.

Estes passivos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação incorridos e são subsequentemente avaliados pelo seu custo amortizado, com base no método da taxa de juros efetiva.

Quando os títulos são vendidos com cláusulas de compromisso de recompra a um preço predeterminado, estes ativos são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratado como juros e reconhecido ao longo do prazo da operação.

Da mesma forma, portfólios de operações de crédito e adiantamentos cedidos com cláusula de coobrigação são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. Os ganhos e perdas apurados nas operações de cessão com coobrigação são reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações através do método da taxa de juros efetiva.

i. Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social a) 15% b) 20% para a controlada a partir de 01/03/2020 conforme o artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019; PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia e sua controlada a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos:

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do trimestre e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos trimestres anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido decorre de diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos para

Notas Explicativas



fins de informações trimestrais e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O benefício fiscal de prejuízos fiscais a compensar somente é reconhecido quando constatado que lucros tributáveis futuros serão gerados em montantes suficientes para sua compensação.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

j. Passivos contingentes e obrigações legais

As provisões, que incluem demandas legais contra a instituição e garantias financeiras prestadas, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável e possa ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases confiáveis.

As obrigações contingentes, incluem demandas legais contra a instituição e garantias financeiras prestadas, decorrentes de fatos passados mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da instituição, são divulgadas em notas explicativas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como possível ou provável, neste último caso (provável), com a condição de que seus valores não possam ser estimados em bases confiáveis.

Os passivos contingentes são avaliados pela Companhia e sua controlada por meio da opinião de assessores jurídicos que levam em consideração a natureza das ações, a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

k. Margem financeira

As receitas e despesas de juros são contabilizadas em rubricas contábeis de receita de juros e despesas de juros, na margem financeira, para todos os instrumentos financeiros utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro com base nos contratos, para o valor corrente atual de balanço dos ativos e passivos financeiros. A taxa efetiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e é revista subsequentemente em casos de renegociações de operações de crédito e adiantamentos que impliquem em mudança no seu fluxo estimado de pagamentos.

Para o cálculo da taxa efetiva de juros são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros, não considerando, no entanto, perdas de crédito futuras. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todos os encargos incrementais diretamente atribuíveis às operações, que incluem equalizações de taxas, ágios e deságios, e custos da transação que puderam ser atribuídas diretamente.

No que se refere aos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio resultado, o componente de juros inerente à variação no valor justo não é separado e é classificado na rubrica de resultado de instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio resultado.

O ajuste decorrente de variação no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos mantidos para gestão de riscos que se qualificam para "hedge contábil" do tipo "hedge de valor justo" são contabilizados como receitas e despesas de juros, na margem financeira, mesmas rubricas onde são registrados os ajustes de variação no valor justo das exposições ao risco de taxa de juros, objeto de "hedge".

Notas Explicativas



As receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos vencidas são reconhecidas até o 59º dia após o vencimento, quando deixam de ser reconhecidas pela fluência do prazo e passam a ser reconhecidas por ocasião do seu recebimento.

I. Resultado líquido de serviços e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são incrementais e diretamente atribuíveis às operações de crédito integram a taxa efetiva de juros das operações e são apropriadas ao resultado nas rubricas de receitas ou despesas de juros, na margem financeira, ao longo dos prazos das operações.

As demais receitas de taxas e comissões, que incluem comissões entre outras, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

m. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações em tesouraria.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores.

A Companhia e sua controlada não possuem durante os trimestres reportados nestas informações trimestrais, dívidas conversíveis, ou programas de opções sobre ações próprias que tivessem o efeito de diluição dos resultados tal como previsto pelo IAS 33.

n. Segmentos operacionais

Segmento é um componente distinto da Companhia e sua controlada que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico), e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos.

Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial da Companhia e sua controlada, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos.

As operações da Companhia e sua controlada constituem um segmento único, o segmento de Varejo, o qual é composto principalmente de operações de crédito consignado e operações de crédito direto ao consumidor.

4) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são avaliados em base contínua a valor justo ou ao custo amortizado. O resumo das práticas contábeis apresentado nos tópicos 3a, 3b, 3c e 3d descreve como as classes de instrumentos financeiros são avaliadas e como as receitas e despesas, incluindo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo, são reconhecidas.

Notas Explicativas



a) Classes de Ativos e Passivos Financeiros:

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos ativos e passivos financeiros por categoria conforme definido no IFRS 9 e por classe de operação que corresponde a títulos contábeis no Balanço Patrimonial.

	Mensurado a Valor Justo por Meio do Resultado	Custo Amortizado (Empréstimo e Recebíveis)	Custo Amortizado (Ativos e Passivos Financeiros)	Total
Em 31 de Março de 2022:				
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	145	145
Instrumentos financeiros derivativos	23.551	-	-	23.551
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	2.407.356	9.034	-	2.416.390
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	(77.510)	6.869.649	-	6.792.139
Títulos para investimento	233.550	-	-	233.550
Total de ativos financeiros	2.586.947	6.878.683	145	9.465.775
Passivos Financeiros				
Passivos com instituições financeiras	-	-	8.183.624	8.183.624
Depósitos de Clientes	-	-	78.679	78.679
Instrumentos financeiros derivativos	201.726	-	-	201.726
Empréstimos e repasses	-	3.961	-	3.961
Total de passivos financeiros	201.726	3.961	8.262.303	8.467.990
Em 31 de Dezembro de 2021:				
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	190	190
Instrumentos financeiros derivativos	17.898	-	-	17.898
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	3.996.910	13.637	-	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	(61.943)	6.763.176	-	6.701.233
Títulos para investimento	263.665	-	-	263.665
Total de ativos financeiros	4.216.530	6.776.813	190	10.993.533
Passivos Financeiros				
Passivos com instituições financeiras	-	-	9.612.389	9.612.389
Depósitos de Clientes	-	-	75.629	75.629
Instrumentos financeiros derivativos	243.719	-	-	243.719
Empréstimos e repasses	-	4.852	-	4.852
Total de passivos financeiros	243.719	4.852	9.688.018	9.936.589

Notas Explicativas

**b) Critério de valorização de instrumentos financeiros:**

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos ativos e passivos financeiros segundo a técnica utilizada para sua mensuração, conforme definido no IFRS 9 e descrito no tópico 3.b destas informações trimestrais.

	Custo Amortizado Taxa Efetiva de Juros	Valor Justo		Total
		Nível I	Nível II	
		Preços de mercado cotados em mercados ativos	Técnica de valorização baseada em dados observáveis	
Em 31 de Março de 2022:				
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	145	-	-	145
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	23.551	23.551
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	9.034	-	2.407.356	2.416.390
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.869.649	-	(77.510)	6.792.139
Títulos para investimento	-	233.550	-	233.550
Total de ativos financeiros	6.878.828	233.550	2.353.397	9.465.775
Passivos Financeiros				
Passivos com instituições financeiras	8.183.624	-	-	8.183.624
Depósitos de Clientes	78.679	-	-	78.679
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	201.726	201.726
Empréstimos e repasses	3.961	-	-	3.961
Total de passivos financeiros	8.266.264	-	201.726	8.467.990
Em 31 de Dezembro de 2021:				
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	190	-	-	190
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	17.898	17.898
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	13.637	-	3.996.910	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.763.176	-	(61.943)	6.701.233
Títulos para investimento	-	263.665	-	263.665
Total de ativos financeiros	6.777.003	263.665	3.952.865	10.993.533
Passivos Financeiros				
Passivos com instituições financeiras	9.612.389	-	-	9.612.389
Depósitos de Clientes	75.629	-	-	75.629
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	243.719	243.719
Empréstimos e repasses	4.852	-	-	4.852
Total de passivos financeiros	9.692.870	-	243.719	9.936.589

A metodologia utilizada para a mensuração dos ativos e passivos financeiros classificados como "nível II" (aplicações em depósitos interfinanceiros, instrumentos financeiros derivativos e operações de crédito objeto de "hedge") é o desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros destas operações, utilizando para tanto taxas usuais de mercado divulgadas pela B3 para ativos semelhantes.

A Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos financeiros para os quais não existam dados para precificação disponíveis em mercados ativos, portanto, não apresenta saldos que tenham sido avaliados conforme nível III.

Os títulos para investimento, classificados no nível I da hierarquia de valor justo, são mensurados ao valor justo por meio de resultado, conforme Modelo de Negócios.

Notas Explicativas



c) Distribuição dos ativos e passivos financeiros por faixa de vencimento:

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos ativos e passivos financeiros segundo suas faixas de vencimento.

	Operações Vencidas (*)	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Provisão para perda	Total
Em 31 de Março de 2022:							
Ativos Financeiros							
Caixa e disponibilidades em bancos	-	145	-	-	-	-	145
Instrumentos financeiros derivativos	-	35	2.375	10.354	10.787	-	23.551
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	-	2.416.390	-	-	-	-	2.416.390
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	9.492	863.851	2.170.739	2.454.295	1.351.077	(57.315)	6.792.139
Títulos para investimento	-	-	42.396	185.424	5.730	-	233.550
Total de ativos financeiros	9.492	3.280.421	2.215.510	2.650.073	1.367.594	(57.315)	9.465.775
Passivos Financeiros							
Passivos com instituições financeiras	-	520.908	1.063.026	5.524.778	1.074.912	-	8.183.624
Depósitos de clientes	-	78.679	-	-	-	-	78.679
Instrumentos financeiros derivativos	-	29.095	64.383	84.555	23.693	-	201.726
Empréstimos e repasses	-	558	1.408	1.850	145	-	3.961
Total de passivos financeiros	-	629.240	1.128.817	5.611.183	1.098.750	-	8.467.990
Em 31 de Dezembro de 2021:							
Ativos Financeiros							
Caixa e disponibilidades em bancos	-	190	-	-	-	-	190
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.163	7.918	8.817	-	17.898
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	-	4.010.547	-	-	-	-	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	8.385	851.681	2.167.324	2.388.148	1.341.521	(55.826)	6.701.233
Títulos para investimento	-	35.928	39.950	182.219	5.568	-	263.665
Total de ativos financeiros	8.385	4.898.346	2.208.437	2.578.285	1.355.906	(55.826)	10.993.533
Passivos Financeiros							
Passivos com instituições financeiras	-	582.617	1.501.009	4.862.399	2.666.364	-	9.612.389
Depósitos de clientes	-	75.629	-	-	-	-	75.629
Instrumentos financeiros derivativos	-	32.439	72.919	102.787	35.574	-	243.719
Títulos emitidos	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e repasses	-	619	1.729	2.277	227	-	4.852
Total de passivos financeiros	-	691.304	1.575.657	4.967.463	2.702.165	-	9.936.589

(*) Refere-se a parcelas vencidas há mais de 14 dias.

Notas Explicativas**d) Valor justo dos instrumentos financeiros:**

A tabela a seguir apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos	145	145	190	190
Instrumentos financeiros derivativos	23.551	23.551	17.898	17.898
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	2.416.390	2.416.390	4.010.547	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.792.139	7.321.668	6.701.233	7.054.142
Títulos para investimento	233.550	233.550	263.665	263.665
Total de Ativos Financeiros	9.465.775	9.995.304	10.993.533	11.346.442
Passivos Financeiros				
Passivos com instituições financeiras	8.183.624	8.414.685	9.612.389	9.866.645
Passivos com clientes	78.679	78.679	75.629	75.629
Instrumentos financeiros derivativos	201.726	201.726	243.719	243.719
Empréstimos e repasses	3.961	3.983	4.852	4.858
Total de Passivos Financeiros	8.467.990	8.699.073	9.936.589	10.190.851

5) CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31/03/2022	31/12/2021
Disponibilidade em moeda nacional	145	190
Total	145	190

6) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia e sua controlada participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e sua controlada e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem substancialmente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

Notas Explicativas



a) Instrumentos financeiros derivativos:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos para hedge de valor justo	23.551	(201.726)	17.898	(243.719)
TOTAL	23.551	(201.726)	17.898	(243.719)

b) Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Contratos de futuros:

	31/03/2022			31/12/2021		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
Compromissos de venda – DI	37.465	(3.693.154)	-	23.110	(2.287.428)	-

c) Instrumentos financeiros derivativos para “hedge” de valor justo:

	31/03/2022			31/12/2021		
	Valor Base	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor Base	Custo Amortizado	Valor Justo
. Mercado Interfinanceiro	1.426.065	1.690.042	1.690.042	1.615.981	1.872.498	1.872.498
Posição Ativa	1.426.065	1.690.042	1.690.042	1.615.981	1.872.498	1.872.498
. Pré	1.426.065	1.943.587	1.868.217	1.615.981	2.158.166	2.098.319
Posição Passiva	1.426.065	1.943.587	1.868.217	1.615.981	2.158.166	2.098.319
Contratos de Swaps –Exposição Líquida	-	(253.545)	(178.175)	-	(285.668)	(225.821)

d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título “Instrumentos Financeiros Derivativos”:

	31/03/2022			31/12/2021		
	Ativo - Saldo a Receber			Ativo - Saldo a Receber		
	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total
swaps	-	23.551	23.551	-	17.898	17.898

	31/03/2022			31/12/2021		
	Passivo - Saldo a Pagar			Passivo - Saldo a Pagar		
	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total
swaps	-	(201.726)	(201.726)	-	(243.719)	(243.719)

e) O Saldo de instrumentos financeiros derivativos a pagar/receber estavam distribuídos segundo as seguintes faixas de vencimento:

Hegde de valor justo:

	31/03/2022					31/12/2021				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swap	(29.060)	(62.008)	(74.201)	(12.906)	(178.175)	(32.439)	(71.756)	(94.869)	(26.757)	(225.821)

Notas Explicativas



f) Os seguintes resultados foram registrados sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	2022			2021		
	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	14.821	14.821	(9)	100.700	100.691
Futuro	(394)	-	(394)	-	-	-
Total	(394)	14.821	14.427	(9)	100.700	100.691

g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, que reduziu o ajuste negativo da carteira de crédito, dentro da efetividade conforme regulamentação vigente, foi o seguinte:

	2022			2021		
	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total	Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	15.523	15.523	29	294.731	294.760

Contabilidade de "Hedge": A Companhia e sua controlada adotam a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a Administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito.

A Companhia e sua controlada adota a prerrogativa prevista no IFRS 9, especificamente item 6.1.3, portanto mantém a contabilidade de hedge conforme determina o IAS 39.

Nos termos do IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a Companhia e sua controlada utilizaram a prerrogativa de reconhecimento dessas operações de crédito e dos correspondentes instrumentos derivativos adotando a "contabilidade de hedge".

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição de operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras:

	31/03/2022	31/12/2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.407.356	3.996.910
Reservas compulsórias em espécie no Banco Central	5.680	10.840
Outros depósitos no Banco Central	3.354	2.797
Total	2.416.390	4.010.547

b) Análise das operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras por faixa de vencimento:

As operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras distribuídas por faixa de vencimento são apresentadas a seguir:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Até 3 meses	Saldo	Até 3 meses	Saldo
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.407.356	2.407.356	3.996.910	3.996.910
Reservas compulsórias em espécie no Banco Central	5.680	5.680	10.840	10.840
Outros depósitos no Banco Central	3.354	3.354	2.797	2.797
Total	2.416.390	2.416.390	4.010.547	4.010.547

Notas Explicativas**c) Análise da movimentação das perdas esperadas:**

Em processo contínuo de análise de crédito na carteira de operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras, a Companhia e sua controlada não detectou a necessidade de constituir provisão para perdas esperadas para estes ativos.

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ADIANTAMENTOS A CLIENTES**a) Composição do saldo de operações de crédito e adiantamentos a clientes:**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Operações de crédito e adiantamentos a clientes		
Empréstimos e títulos descontados	3.883.415	3.867.233
Financiamentos	3.043.549	2.951.769
Ajuste a valor justo - operações de crédito e adiantamento a clientes - objeto de hedge	(77.510)	(61.943)
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes	<u>6.849.454</u>	<u>6.757.059</u>
Total perdas esperadas	<u>(57.315)</u>	<u>(55.826)</u>
Saldo total de operações de crédito e adiantamentos a clientes	<u>6.792.139</u>	<u>6.701.233</u>

b) Análise das operações de crédito e adiantamentos a clientes por faixa de vencimento:

As operações de crédito e adiantamentos a clientes distribuídas por faixa de vencimento são apresentadas a seguir:

	<u>31/03/2022</u>				<u>Saldo</u>
	<u>1 a 90 dias</u>	<u>91 a 360 dias</u>	<u>361 a 1.080 dias</u>	<u>Acima de 1.080 dias</u>	
Parcelas Vincendas					
Empréstimos e títulos descontados	375.365	925.276	1.350.718	1.226.136	3.877.495
Financiamentos	501.384	1.258.310	1.131.604	148.679	3.039.977
Ajuste a valor justo - operações de crédito e adiantamento a clientes - objeto de hedge	(12.898)	(12.847)	(28.027)	(23.738)	(77.510)
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vincendas	<u>863.851</u>	<u>2.170.739</u>	<u>2.454.295</u>	<u>1.351.077</u>	<u>6.839.962</u>
Parcelas Vencidas					
Empréstimos e títulos descontados	2.841	3.067	12	-	5.920
Financiamentos	2.000	1.566	6	-	3.572
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vencidas	<u>4.841</u>	<u>4.633</u>	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>9.492</u>
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes	<u>868.692</u>	<u>2.175.372</u>	<u>2.454.313</u>	<u>1.351.077</u>	<u>6.849.454</u>

Notas Explicativas



	31/12/2021				Saldo
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	
Parcelas Vincendas					
Empréstimos e títulos descontados	476.966	834.542	1.319.117	1.231.886	3.862.511
Financiamentos	386.532	1.343.653	1.090.030	127.891	2.948.106
Ajuste a valor justo - operações de crédito e adiantamento a clientes - objeto de hedge	(11.817)	(10.871)	(20.999)	(18.256)	(61.943)
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vincendas	851.681	2.167.324	2.388.148	1.341.521	6.748.674
Parcelas Vencidas					
Empréstimos e títulos descontados	2.363	2.350	9	-	4.722
Financiamentos	1.960	1.682	21	-	3.663
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes vencidas	4.323	4.032	30	-	8.385
Total de operações de crédito e adiantamentos a clientes	856.004	2.171.356	2.388.178	1.341.521	6.757.059

c) Análise da movimentação das perdas esperadas:

Movimentação das perdas esperadas é apresentada conforme segue:

	31/03/2022	31/12/2021
Saldo inicial	55.826	53.562
Complemento líquido de reversão	9.812	34.736
Baixas líquidas dos valores recuperados	(8.323)	(32.472)
Saldo final	57.315	55.826

A renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, a Companhia e sua controlada concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 31/03/2022, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 50.174 (31/12/2021 R\$ 66.903) equivalente a 0,72% (31/12/2021 0,98%) da carteira.

O saldo das operações renegociadas era de R\$ R\$ 82.276 (31/12/2021 R\$ 66.681) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

Notas Explicativas



d) Análise das receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes:

	1º Trimestre	
	2022	2021
Receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes		
Empréstimos e títulos descontados	121.222	24.982
Financiamentos	94.425	14.075
Total de receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos a clientes	215.647	39.057

9) TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

a) Composição dos títulos para investimento:

	31/03/2022	31/12/2021
Títulos e Valores Mobiliários – Valor Justo Por Meio do Resultado Livres		
- Letras Financeiras do Tesouro	203.855	218.151
Subtotal	203.855	218.151
Vinculados		
- Letras Financeiras do Tesouro	29.695	45.514
Total de títulos e valores mobiliários – Valor Justo Por Meio do Resultado	233.550	263.665
Total de títulos para investimento	233.550	263.665

b) Composição de títulos para investimento por faixa de vencimento

	Até 90 dias	90 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080	Saldo 31/03/2022	Valor do
						Custo (1)
Títulos e Valores Mobiliários						
Títulos de dívida pública	-	42.396	185.424	5.730	233.550	263.712
- Letras Financeiras do Tesouro	-	42.396	185.424	5.730	233.550	263.712
Total de Títulos para investimento	-	42.396	185.424	5.730	233.550	263.712

	Até 90 dias	90 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080	Saldo 31/12/2021	Valor do
						Custo (1)
Títulos e Valores Mobiliários						
Títulos de dívida pública	35.928	39.950	182.219	5.568	263.665	263.712
- Letras Financeiras do Tesouro	35.928	39.950	182.219	5.568	263.665	263.712
Total de Títulos para investimento	35.928	39.950	182.219	5.568	263.665	263.712

(1) Representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos contratuais até a data do balanço.

Notas Explicativas



	31/12/2021		Valor contábil
	Vencimento (1)	Taxa de juros	
Depósitos a vista	-	-	7.814
Depósitos interfinanceiros pré-fixados	26/02/2031	de 4,33% a 13,25% a.a.	1.575.102
Depósitos interfinanceiros pós-fixados	15/12/2025	de 100,00% a 112,00% a.a	8.029.473
Total de depósitos de instituições financeiras			9.612.389

(1) Os passivos com instituições financeiras possuem vencimentos contratuais que variam de transação para transação. Esta informação reflete a transação que na data destas informações trimestrais possui o prazo mais longo.

12) EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Composição de empréstimos e repasses:

	31/03/2022	31/12/2021
Obrigações por repasses – BNDES	325	464
Obrigações por repasses – FINAME	3.636	4.388
Total de empréstimos e repasses	3.961	4.852

b) Composição de empréstimos e repasses por faixa de vencimento:

	31/03/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Obrigações por repasses – BNDES	140	185	-	-	325
Obrigações por repasses – FINAME	419	1.222	1.850	145	3.636
Total de empréstimos e repasses	559	1.407	1.850	145	3.961
	31/12/2021				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Saldo
Obrigações por repasses – BNDES	140	324	-	-	464
Obrigações por repasses – FINAME	479	1.405	2.277	227	4.388
Total de empréstimos e repasses	619	1.729	2.277	227	4.852

c) Características dos empréstimos e repasses:

As características essenciais dos empréstimos e repasses são como segue:

	31/03/2022		
	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil
Empréstimos e repasses pré-fixados	17/07/2023	de 1,30% a 5,18% a.a.	592
Empréstimos e repasses pós-fixados	15/06/2023	4,09% a 4,25% a.a + TLP-IPC	174
Empréstimos e repasses pós-fixados	17/10/2022	de 1,34% a.a. + TJLP	332
Empréstimos e repasses pós-fixados	15/08/2025	1,33% a.a + SELIC	2.863
Total de empréstimos e repasses			3.961

Notas Explicativas

	31/12/2021		
	Vencimento (1)	Taxa de juros	Valor contábil
Empréstimos e repasses pré-fixados	17/07/2023	de 1,30% a 5,18% a.a.	1.112
Empréstimos e repasses pós-fixados	15/06/2023	4,09% a 4,25% a.a + TLP-IPC	211
Empréstimos e repasses pós-fixados	17/10/2022	de 1,34% a.a. + TJLP	479
Empréstimos e repasses pós-fixados	15/08/2025	1,33%a + SELIC	3.050
Total de empréstimos e repasses			4.852

(1) Os empréstimos e repasses possuem vencimentos contratuais que variam de transação para transação. Esta informação reflete a transação realizada que na data destas informações trimestrais possui o prazo mais longo.

13) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas informações trimestrais são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2022 estão demonstradas a seguir:

Movimentação	Fiscais e			
	Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 01/01/2022	1.012	15.446	1.876	18.334
(+) Complemento de provisão	-	14.734	223	14.957
(+) Atualização de provisão	16	-	-	16
(-) Baixa por pagamento	-	(5.630) (*)	(246)	(5.876)
Saldo final em 31/03/2022	1.028	24.550	1.853	27.431

Movimentação	Fiscais e			
	Previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 01/01/2021	4.155	17.713	1.241	23.109
(+) Complemento de provisão	(3.224)	17.569	1.225	15.570
(+) Atualização de provisão	81	-	-	81
(-) Baixa por pagamento	-	(19.836) (*)	(590)	(20.426)
Saldo final em 31/12/2021	1.012	15.446	1.876	18.334

(*) Refere-se, basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Passivos Contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

A Companhia e sua controlada possuem outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 14.607 (31/12/2021 R\$ 14.043).

Notas Explicativas



(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “provisão para passivos contingentes”, e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia e sua controlada a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 13.506 (31/12/2021 R\$ 13.506).

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “provisão para passivos contingentes”. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 5.540 (31/12/2021 R\$ 5.400) na data destas informações trimestrais, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

14) OUTROS PASSIVOS

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	39.062	50.799
Provisões de pessoal e administrativa	22.380	35.351
Participação nos lucros e gratificações a pagar	3.314	6.672
Dividendos e bonificações a pagar	3.290	13.111
Outros	10.450	5.336
Total de outros passivos	<u>78.496</u>	<u>111.269</u>

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social

	<u>Quantidade de ações</u>			<u>Saldo</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Capital</u>
Saldo inicial em 01/01/2022	<u>58.578.469</u>	<u>44.074.087</u>	<u>102.652.556</u>	<u>489.598</u>
Aumento de capital	-	-	-	27.403 (i)
Saldo final em 31/03/2022	<u>58.578.469</u>	<u>44.074.087</u>	<u>102.652.556</u>	<u>517.001</u>

(i) A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, a ser homologada pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento de capital social para R\$ 517.001 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 27.403.

(ii) Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do artigo 18, alínea “h” do Estatuto

Notas Explicativas



Social da Companhia, em 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. Foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189.

A quantidade de ações em tesouraria em 31/03/2022 era de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.407.

Em 31/03/2022 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON era de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo era de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente.

O valor de mercado das ações, em 31/03/2022, era de R\$ 5,16 por ação ON e R\$ 5,23 por ação PN.

b) Reservas de Lucros:

O saldo de reservas de lucros é representado pelas seguintes reservas:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reserva legal	74.787	74.787
Reservas estatutárias - aumento de capital	354.209	381.612
Reservas estatutárias - dividendos	88.004	88.004
Total	<u>517.000</u>	<u>544.403</u>

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada trimestre social nos termos da legislação societária, até o limite de 20% do capital social.

c) Lucros acumulados

A legislação societária brasileira, determina que não reste saldo em conta de lucros acumulados devendo a Companhia e sua controlada providenciar para que haja a distribuição integral do seu saldo, seja na forma de distribuição de dividendos ou constituição de reservas.

Considerando que aos ajustes feitos para a adoção dos padrões internacionais de relatório financeiro não será dada destinação, por não refletirem as normas contábeis societárias aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais para fins societários estão vinculadas às normas de contabilidade emitidas pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP), a Administração optou por apresentar na conta "lucros ou prejuízos acumulados" as diferenças decorrentes destes ajustes.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital e adicional de 8% de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos de no mínimo 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da lei societária.

Notas Explicativas

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido, conforme determinado nas informações trimestrais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP).

A política de remuneração do capital adotada pela Companhia e sua controlada visa a distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do trimestre previsto no Estatuto Social.

16) MARGEM FINANCEIRA

	1° Trimestre	
	2022	2021
Receita de juros e similares		
Operações de crédito e adiantamentos a clientes (vide Nota 8d)	215.647	39.057
Títulos para Investimento	6.379	1.276
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	74.751	7.108
Total de receita de juros e similares	296.777	47.441
Despesa de juros e similares		
Passivos com instituições financeiras	(189.767)	(37.788)
Empréstimos e repasses	(103)	(76)
Total de despesa de juros e similares	(189.870)	(37.864)
Margem Financeira	106.907	9.577

17) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	1° Trimestre	
	2022	2021
Receitas de serviços e comissões		
Comissões Alfa Seguradora - Estipulante	2.804	3.795
Ressarcimento de tarifas registro de contratos - PF / PJ	1.479	1.553
Outros serviços	28	-
Total de receitas de serviços e comissões	4.311	5.348
Despesas de serviços e comissões		
Comissões e intermediação	(3.809)	(3.577)
Serviços de registro de contratos e garantias	(1.616)	(2.483)
Consulta Serasa, Sisbacen e Agências de Informações	(587)	(705)
Despesas com créditos inadimplentes	(367)	(324)
Tarifas Bancárias	(341)	(369)
Outros	(717)	(820)
Total de despesas de serviços e comissões	(7.437)	(8.278)
Resultado líquido de serviços e comissões	(3.126)	(2.930)

Notas Explicativas**18) OUTRAS RECEITAS**

	1º Trimestre	
	2022	2021
Dividendos prescritos	503	505
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	421	167
Receita com portabilidade de crédito	377	399
Lucro na alienação de bens não de uso próprio	128	207
Reversão de provisões fiscais e trabalhistas	72	2.258
Outras	87	89
Total	1.588	3.625

19) RESULTADO DE PERDAS ESPERADAS DE ATIVOS FINANCEIROS

	1º Trimestre	
	2022	2021
Perdas esperadas de operações de crédito e adiantamento a clientes	(9.812)	(10.070)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	1.839	2.080
Total de resultado de perdas esperadas de ativos financeiros	(7.973)	(7.990)

20) DESPESAS DE PESSOAL

	1º Trimestre	
	2022	2021
Salários	(13.480)	(12.367)
Benefícios	(7.150)	(6.917)
Encargos sociais e previdenciários	(6.669)	(8.818)
Remuneração diretoria e conselho de administração	(4.740)	(3.500)
Despesas de férias e 13º salário	(3.422)	(3.726)
Participação nos lucros	(2.849)	(1.813)
Participação por produtividade / campanha	(1.351)	(5.176)
Remuneração com estagiários e menor aprendiz	(562)	(435)
Outros	(1.828)	(364)
Total	(42.051)	(43.116)

21) GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	1º Trimestre	
	2022	2021
Processamento de dados e informática	(7.210)	(5.470)
Despesas tributárias	(6.994)	(7.232)
Aluguéis, condomínio e manutenção de bens	(2.847)	(2.803)
Serviços de terceiros	(2.235)	(1.970)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(1.800)	(2.962)
Comunicações	(903)	(1.050)
Depreciação e amortização	(702)	(657)
Transportes e viagens	(482)	(398)
Vigilância e segurança	(473)	(624)
Outras despesas administrativas	(796)	(776)
Total	(24.442)	(23.942)

Notas Explicativas**22) OUTRAS DESPESAS**

	1° Trimestre	
	2022	2021
Contingências trabalhistas e cíveis	(15.361)	(5.248)
SVR - Sistema de Valores a Receber	(1.957)	-
Perdas com processos operacionais	(731)	(6.623)
Despesa com portabilidade de crédito	(498)	(1.777)
Perdas na alienação de bens (permanente e não de uso próprio)	(50)	(54)
Prêmio de operações de vendas - ligadas	(49)	(211)
Outros	(877)	(2.578)
Total de outras despesas operacionais	(19.523)	(16.491)

23) IMPOSTOS SOBRE A RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS**a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social**

	1° Trimestre	
	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado	25.807	19.424
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(10.323)	(7.770)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	81	(493)
Créditos Amortizados para Prejuízo	78	(656)
Perdas Esperadas	(663)	(690)
Contingências Fiscais e Trabalhistas	(3.587)	(154)
Ativo Fiscal Diferido	6.019	3.322
Obrigações Fiscais Diferidas	(6.783)	669
Outros valores	4.676	(3.016)
Imposto de renda e contribuição social	(10.502)	(8.788)
Sendo		
Impostos correntes	(9.738)	(12.779)
Impostos diferidos	(764)	3.991
Despesa Contabilizada	(10.502)	(8.788)

(*) Vide nota explicativa nº 3"i".

b) Ativos tributários diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferido ativo 2022:

Origem:	31/12/2021	Movimentação		31/03/2022
		Constituição	Realização	
Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	7.373	6.003	(2.350)	11.026
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros	22.765	7.383	(6.720)	23.428
Outros Ativos Tributários Diferidos	30.072	5.097	(10.054)	25.115
Derivativos	26.427	8.786	(2.126)	33.087
Total - Crédito Tributário Ativo	86.637	27.269	(21.250)	92.656
Obrigações Fiscais Diferidas	(26.491)	(8.794)	2.010	(33.275)
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	60.146			59.381
% sobre Patrimônio Líquido	5,7%			5,5%

Notas Explicativas



Os registros contábeis desses créditos tributários estão fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e suportados por estudo técnico e projeção de resultado.

Estima-se que a realização desses créditos tributários e da contribuição social a compensar ocorrerá na sua totalidade nos próximos cinco anos nas seguintes proporções:

Realização					
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5 anos
36%	34%	12%	7%	5%	6%

24) NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de “caixa e equivalentes de caixa” é representado por disponibilidades e ativos financeiros de alta liquidez, com prazos contratuais inferiores a três meses, que possuem um risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e tem como finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da instituição.

	31/03/2022	31/12/2021
No início do período	3.997.100	1.349.100
Caixa e disponibilidade em bancos	190	201
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	3.996.910	1.348.899
No final do período	2.407.501	3.997.100
Caixa e disponibilidade em bancos	145	190
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	2.407.356	3.996.910
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(1.589.599)	2.648.000

(1) Refere-se a operações de aplicações de depósitos interfinanceiros cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias, classificados como “Operações de Crédito e Adiantamento a Instituições Financeiras”.

25) GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante às diretrizes estabelecidas pela Administração.

O gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado no Conglomerado Financeiro Alfa é realizado de forma consolidada para todas as empresas integrantes do Conglomerado, isto decorre do fato de que o caixa das entidades integrantes do Conglomerado é gerenciado de forma unificada. As entidades legais que integram o Conglomerado Financeiro Alfa estão listadas na nota explicativa 1.

Esta nota explicativa, no que diz respeito aos riscos de mercado e liquidez, demonstra os dados em formato gerencial, tal como analisados pela Administração do Conglomerado, e por este motivo estes dados refletem o consolidado operacional das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa.

Notas Explicativas



Risco de crédito

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- A. Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sob posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- B. Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.
- C. De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos. Ressalta-se que, este objetivo estende-se a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

i) Exposição máxima ao risco de crédito:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Exposição ao risco de crédito (1)		
Saldos de "Disponibilidades em Bancos"	145	190
Instrumentos financeiros derivativos	23.551	17.898
Operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras	2.416.390	4.010.547
Operações de crédito e adiantamentos a clientes	6.849.454	6.757.059
Títulos para investimento	233.550	263.665
Total de exposição ao risco de crédito	<u>9.523.090</u>	<u>11.049.359</u>

(1) Refere-se a Financeira Alfa S/A e sua controlada.

ii) Descrição das garantias:

Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de crédito são submetidos à criteriosa avaliação de crédito preliminar à contratação e desembolso e ao longo do prazo das operações. As análises de crédito se baseiam no entendimento das características operacionais dos clientes, sua capacidade de endividamento, considerando fluxo de caixa, histórico de pagamentos, reputação creditícia e consideram, subsidiariamente, as garantias que podem suportar estas operações. Os contratos celebrados preveem as garantias consideradas necessárias e autorizam chamadas para reforço de garantias sempre que a situação creditícia das contrapartes apresente deterioração que justifique tal procedimento, o que é acompanhado sistematicamente pelo Departamento de Crédito.

As operações de crédito e adiantamentos a instituições financeiras são realizadas pela Companhia e sua controlada somente a instituições ranqueadas internamente como "AA", e se constituem, conforme apresentado na nota 7, principalmente de aplicações em depósitos interfinanceiros às quais se caracterizam por estarem lastreadas/garantidas por títulos do governo federal.

As operações de crédito e adiantamentos a clientes, conforme apresentado na nota 08, estão representados principalmente por operações de:

- CDC de Veículo que têm como garantias os próprios bens financiados, para os quais é política da Companhia e sua controlada exigir uma participação inicial mínima do cliente com recursos próprios de no mínimo 20% o que faz assegurar a suficiência das garantias ao longo do prazo das operações.

Notas Explicativas



- Créditos consignados em folha de pagamento os quais são concedidos com vinculação e desconto das parcelas diretamente na folha de pagamento destes funcionários, em sua maioria funcionários públicos estáveis, com comprometimento máximo de renda de até 30%, conforme determina a regulamentação específica do produto.
- As Operações de Capital de Giro são garantidas por recebíveis, notas promissórias, avais e fianças prestadas pelos seus proprietários e ocasionalmente por garantias reais;
- Repasses de recursos do BNDES/Finame são suportados por garantias reais;

Os títulos de investimento são representados em sua grande maioria por títulos do governo federal, entendidos como de risco mínimo. Quotas de fundos de investimento e debêntures em geral são garantidas por notas promissórias e avais.

iii) **Análise da composição do saldo de operações de crédito e adiantamentos a clientes por setor de atividade:**

A composição da carteira de operações de crédito e adiantamentos a clientes por setor de atividade é apresentada a seguir:

Setor de Atividade	31/03/2022		31/12/2021	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor privado	6.926.964	100,0%	6.819.002	100,0%
- rural	60.182	0,9%	63.650	0,9%
- indústria	63.629	0,9%	82.651	1,2%
- comércio	963.376	13,9%	972.794	14,3%
- serviços	482.920	7,0%	480.052	7,1%
- pessoas físicas	5.356.857	77,3%	5.219.855	76,5%
Total Setor Privado	6.926.964	100,0%	6.819.002	100,0%
- Ajuste a valor justo - operações de crédito e adiantamento a clientes objeto de hedge	(77.510)		(61.943)	
Total da Carteira	6.849.454		6.757.059	
(-) Provisão para perdas esperadas	(57.315)		(55.826)	
Saldo total das operações de crédito e adiantamento a clientes	6.792.139		6.701.233	

iv) **Composição das operações de crédito e adiantamentos a clientes por faixa de vencimento:**

A composição das parcelas das operações de crédito e adiantamentos a clientes distribuídas por faixa de vencimento são apresentadas a seguir:

	31/03/2022			
	A vencer	Vencidos	Total	%
Parcelas vincendas				
- a vencer até 180 dias	1.994.279	13.438	2.007.717	29,3
- a vencer entre 181 e 360 dias	1.017.122	9.748	1.026.870	14,9
- a vencer acima de 360 dias	3.770.398	34.977	3.805.375	55,5
Total vincendas	6.781.799	58.163	6.839.962	99,8
Parcelas vencidas				
- vencidos até 60 dias	-	3.363	3.363	0,1
- vencidos de 61 a 180 dias	-	4.371	4.371	0,1
- vencidos acima de 180 dias	-	1.758	1.758	0,0
Total vencidas	-	9.492	9.492	0,2
Total da Carteira	6.781.799	67.655	6.849.454	100,0

Notas Explicativas

	31/12/2021			
	A vencer	Vencidos	Total	%
Parcelas vincendas				
- a vencer até 180 dias	2.004.726	13.698	2.018.424	29,9
- a vencer entre 181 e 360 dias	1.014.429	9.319	1.023.748	15,1
- a vencer acima de 360 dias	3.672.736	33.766	3.706.502	54,8
Total vincendas	6.691.891	56.783	6.748.674	99,8
Parcelas vencidas				
- vencidos até 60 dias	-	3.244	3.244	0,1
- vencidos de 61 a 180 dias	-	3.424	3.424	0,1
- vencidos acima de 180 dias	-	1.717	1.717	0,0
Total vencidas	-	8.385	8.385	0,2
Total da Carteira	6.691.891	65.168	6.757.059	100,0

a) Risco de liquidez

O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, a gestão do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento das regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez, pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera um caixa mínimo necessário, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

i) Gerenciamento do risco de liquidez

A abordagem da Companhia e sua controlada com relação ao gerenciamento de liquidez é assegurar, o máximo possível, que o Grupo terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da Companhia e sua controlada.

ii) Plano de contingência

A Companhia e sua controlada possui um plano de contingência para riscos de liquidez, estruturado para vários cenários e em constante evolução. Este plano contempla, entre outras medidas, monitoramento e avaliação contínua dos fluxos de caixa e liquidez dos ativos e análises de cenários de estresse e definição de níveis mínimos de liquidez para fazer frente a estes cenários.

iii) Análise dos instrumentos financeiros por prazo contratual remanescente

A tabela abaixo demonstra em formato gerencial e consolidando dados financeiros de todas as entidades legais integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa a valor futuro projetado de realização referentes aos ativos e passivos financeiros, tal como utilizados pela Administração. Os valores apresentados na tabela abaixo referem-se ao valor futuro projetado de realização contratual relacionado aos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas



	31/03/2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.800 dias	Acima de 1.800	Total
Ativos Financeiros					
Títulos para Investimentos	1.013.946	2.328.596	4.646.915	238.282	8.227.739
Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes	1.118.944	6.653.253	6.848.250	1.163.920	15.784.367
Outros Ativos	91.721	533.110	36	-	624.867
Total de Ativos Financeiros	2.224.611	9.514.959	11.495.201	1.402.202	24.636.973
Passivos Financeiros					
Passivos com Instituições Financeiras	(1.177.241)	(386.144)	(495.906)	(55.130)	(2.114.421)
Títulos Emitidos	(429.389)	(7.734.632)	(8.876.657)	(68.640)	(17.109.318)
Outros Passivos	(59.938)	(694.299)	(414.919)	-	(1.169.156)
Total de Passivos Financeiros	(1.666.568)	(8.815.075)	(9.787.482)	(123.770)	(20.392.895)
	31/12/2021				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.800 dias	Acima de 1.800	Total
Ativos Financeiros					
Títulos para Investimentos	243.309	2.175.123	5.324.423	152.032	7.894.887
Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes	1.218.447	6.132.763	6.579.143	1.153.164	15.083.517
Outros Ativos	77.162	450.633	-	-	527.795
Total de Ativos Financeiros	1.538.918	8.758.519	11.903.566	1.305.196	23.506.199
Passivos Financeiros					
Passivos com Instituições Financeiras	(2.136.531)	-	-	-	(2.136.531)
Títulos Emitidos	(631.275)	(7.376.401)	(9.296.501)	(69.490)	(17.373.667)
Outros Passivos	(46.362)	(626.607)	(532.650)	(28.447)	(1.234.066)
Total de Passivos Financeiros	(2.814.168)	(8.003.008)	(9.829.151)	(97.937)	(20.744.264)

c) Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado Financeiro Alfa. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk) definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stresse em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Como resultado das análises, a Administração, entre outras medidas de gestão que visem mitigar os riscos de mercado, pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos em estratégias de "hedge". As quais, quando satisfeitos os requisitos do IAS 39 para o "hedge contábil", podem ser classificadas contabilmente como "hedge de fluxo de caixa" ou "hedge de valor justo". Durante os períodos objeto destas informações trimestrais a Companhia e sua controlada realizou operações de "hedge de valor justo", cujas principais características estão descritas na nota explicativa nº 06.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Notas Explicativas



h) Resumo da posição de VaR das carteiras

O quadro abaixo apresenta o VaR-Value at Risk calculado segundo o modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia, considerando, tal como utilizado pela Administração do Conglomerado, os dados consolidados de todas empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Risco de variação cambial	19.224	174
Risco de taxas de juros	550	15.326
Outros riscos de preços	306	891
Covariância	(876)	(2.070)
Geral	<u>19.204</u>	<u>14.321</u>

ii) Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

O gerenciamento do risco da taxa de juros em relação aos limites da diferença da taxa de juros é complementado pelo monitoramento da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Conglomerado Financeiro Alfa, a vários cenários padrões e não padrões de taxas de juros. Uma análise da sensibilidade do Conglomerado Financeiro Alfa que inclui além do Banco Alfa de Investimento S.A. e suas controladas, a Financeira Alfa S.A. – C.F.I. e o Banco Alfa S.A., que integram no conjunto, o consolidado operacional conforme descrito na nota 1. Com relação a um aumento ou diminuição nas taxas de juros do mercado é apresentado abaixo:

	<u>MTM Exposição</u>	<u>Estresse - Alfa Cenário A</u>	<u>Deterioração de 25% Cenário B</u>	<u>Deterioração de 50% Cenário C</u>
31/03/2022				
Prefixado	3.794.331	(139.294)	(272.646)	(495.773)
Cupom de inflação	(101.389)	687	15.968	30.924
Bolsa	(5.445)	1.021	1.881	3.767
Câmbio	12.004	(1.397)	(2.928)	(6.046)
Total	<u>3.699.501</u>	<u>(138.983)</u>	<u>(257.725)</u>	<u>(467.128)</u>
31/12/2021				
Prefixado	4.797.015	(126.006)	(274.676)	(493.788)
Cupom de inflação	32.235	(2.385)	(7.755)	(7.142)
Bolsa	12.964	(2.435)	(2.337)	(4.674)
Câmbio	(228.158)	17	(276)	(314)
Total	<u>4.614.056</u>	<u>(130.809)</u>	<u>(285.044)</u>	<u>(505.918)</u>

O quadro acima apresenta o valor das exposições em análise considerando o Conglomerado Financeiro Alfa, descrito na nota 1, e os testes de sensibilidade para três cenários de estresse possíveis: **A)** situação de estresse determinada pela Administração da Companhia e sua controlada e aprovado em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM); **B)** situação de estresse com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e **C)** situação de estresse com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários "b" e "c", referem-se a cenários que a Administração do Conglomerado não acredita que possam ocorrer. Quanto ao cenário "a" a Administração entende que se trata de uma situação possível de ocorrer.

d) Risco operacional

A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito e a consequente adoção de medidas preventivas, em conformidade com as regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em

Notas Explicativas



conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Crédito, que além de coordenar diretamente as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Financeiro Alfa. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Conforme regulamentações vigentes do Banco Central do Brasil, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), estão disponíveis no site www.alfanet.com.br.

26) GERENCIAMENTO DE CAPITAL E ÍNDICES DE SOLVÊNCIA

O BACEN, através das Resoluções nº 4.192/2013 e 4.278/2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/2013, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O índice de capital para 31/03/2022 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 14,62% (31/12/2021 14,53%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Prudencial.

	Prudencial	
	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência – Nível I	2.675.315	2.647.229
Capital Principal	2.675.315	2.647.229
Patrimônio Líquido	2.711.312	2.673.268
(-) Ajustes Prudenciais	(35.997)	(26.039)
Patrimônio de Referência (PR)	2.675.315	2.647.229
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	18.297.763	18.215.203
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	16.574.334	16.133.729
Risco de Mercado	255.769	744.691
Risco Operacional	1.467.660	1.336.783
Patrimônio de Referência Mínimo Exigido	1.463.821	1.457.216
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	365.955	364.304
Índice de Basileia	14,62%	14,53%
Capital de Nível I	14,62%	14,53%
Capital Principal	14,62%	14,53%

O BACEN, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 31/03/2022, o Índice de Razão de Alavancagem do Prudencial é de 10,58% (31/12/2021 10,36%).

Notas Explicativas



27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com a IAS 24, são efetuadas operações com empresas controladas e ligadas, conforme demonstramos a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021	1º Trimestre	
			2022	2021
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Depósitos à Vista	(9.782)	(13.587)	-	-
Administradora Fortaleza Ltda.	(11)	(117)	-	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(4.516)	(4.854)	-	-
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(498)	(541)	-	-
Alfa Seguradora S.A.	(128)	(86)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(2.668)	(6.999)	-	-
Outras partes relacionadas	(1.961)	(990)	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	(5.768.406)	(5.607.665)	(115.015)	(17.870)
- Outras partes relacionadas (1)	(5.768.406)	(5.607.665)	(115.015)	(17.870)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	-	(26)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(5.768.406)	(5.607.665)	(115.015)	(17.844)
Aquisição de ativos financeiros	-	-	-	1.012
- Outras partes relacionadas	-	-	-	1.012
C&C Casa e Construção Ltda	-	-	-	1.012
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(6.240)	-	-
- Outras partes relacionadas	-	(3.109)	-	-
Alfa Holdings S.A.	-	(372)	-	-
Consortio Alfa de Administração S.A.	-	(372)	-	-
Corumbal Participações e Administração	-	(2.365)	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	-	(3.131)	-	-
Outras transações (2)	(531)	(441)	-	(10.519)
- Outras partes relacionadas	(531)	(441)	-	(10.519)
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(22)	(33)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(509)	(408)	-	(10.519)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e sua controlada e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

(2) Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes.

b) Remuneração dos Administradores:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria.

No trimestre, o montante registrado foi de R\$ 2.235 (1º trimestre/2021 R\$ 1.703) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A Companhia e sua controlada não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

b.1) Conforme legislação em vigor, a Companhia e sua controlada não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;

Notas Explicativas



- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia e sua controlada empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 31 de março de 2022: Ordinárias 1,898%, Preferenciais 35,865% e do total de ações 16,484%.

28) AJUSTES PARA OS PADRÕES INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO – IFRS

Essas informações trimestrais foram preparadas em atendimento ao Comunicado 14.259/06, Resolução nº 3.786/09 e Circulares nº 2.472/09 e nº 3.516/10 do Banco Central do Brasil e seguem as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), entidade brasileira credenciada pela Fundação Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (Fundação IASC).

Apresentamos a seguir a conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre as práticas contábeis adotadas pelas instituições no Brasil e o IFRS:

a) Reconciliação do Patrimônio Líquido apurado segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com o Patrimônio Líquido dos acionistas controladores apurado segundo IFRS:

	Impacto Acumulado		
	Ref.	31/03/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido cfe. normas de contabilidade societária aplicável às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil		1.075.713	1.060.948
Ajustes de conversão para IFRS referente período anterior		1.933	704
Ajuste taxa efetiva de juros	(a)	(917)	(2.249)
Perdas esperadas	(b)	1.829	4.329
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes IFRS	(c)	(372)	(851)
Patrimônio líquido conforme IFRS		1.078.186	1.062.881

b) Reconciliação do resultado apurado segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com o resultado apurado segundo IFRS:

	1º Trimestre		
	Ref.	2022	2021
Resultado cfe. normas de contabilidade societária aplicável às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil		14.765	11.269
Ajuste taxa efetiva de juros	(a)	(917)	(582)
Perdas esperadas	(b)	1.829	(482)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes IFRS	(c)	(372)	431
Resultado líquido conforme IFRS		15.305	10.636

Notas Explicativas



(a) Taxa efetiva de juros

Diferimento de encargos financeiros

As normas de contabilidade societária aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil preveem que certos encargos relacionados a determinados ativos financeiros sejam reconhecidos no resultado no momento da originação da operação, outros encargos tais como, comissões pagas a lojistas e revendedores são registrados em rubrica de “Outros Ativos – Despesas Antecipadas” e reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo das respectivas operações.

As normas internacionais de relatório financeiro IFRS 9, determinam que os encargos incrementais diretamente atribuíveis às operações de crédito componham a taxa efetiva de juros da operação e sejam alocados ao resultado ao longo do prazo da operação, de forma exponencial, tomando por base esta taxa efetiva de juros. Desta forma, os encargos relacionados a comissões pagas aos lojistas e revendedores, bem como tarifas de serviços cobradas junto aos clientes, que possam ser diretamente atribuíveis às operações, em IFRS, fazem parte da taxa efetiva de juros e serão registradas nas contas de empréstimos, financiamentos e adiantamentos de clientes e serão reconhecidos nos resultados dos períodos, na rubrica “Receitas de Juros” pelo prazo das respectivas operações.

Cessão de Crédito com Coobrigação

As normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Resolução CMN 3809/09) para o registro contábil de operações de cessão de crédito com coobrigação, realizadas de outubro/2008 a outubro/2009 determinam que as operações cedidas sejam baixadas do ativo da instituição cedente e resultado apurado por ocasião da cessão.

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS 9 - Instrumentos Financeiros) determinam que se não existe a transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados ao ativo cedido, no que se enquadra a “cessão de crédito com coobrigação”, não deve haver a baixa contábil do ativo, mas o reconhecimento de uma obrigação, com o resultado correspondente sendo apropriado pela taxa efetiva da operação ao longo do prazo das operações cedidas.

Em decorrência desta diferença de critério, a Administração da Companhia e sua controlada realizou ajuste nos livros contábeis segundo as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS, para refletir as definições do IFRS 9 para operações de cessão de crédito com coobrigação fazendo retornar para a carteira de operações de crédito e adiantamento a clientes operações que já haviam sido baixadas nos livros contábeis preparados segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, um passivo foi reconhecido pelo montante captado nas operações e os ganhos e perdas são apropriados pela taxa efetiva da operação ao longo do prazo das mesmas.

Cumprе salientar que durante a vigência da Resolução CMN 3533/08, de outubro de 2008 a outubro de 2009, as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil permitiam a faculdade de as instituições financeiras contabilizar as operações de cessão de crédito com coobrigação segundo procedimentos que em nada se diferenciavam dos requeridos pelo IAS 39. Durante aquele período a Administração da Companhia e sua controlada exerceu a faculdade prevista e efetuou os registros contábeis tal como requerido pelo IAS 39.

Em 01/01/2012 a Resolução CMN 3533/08 entrou em vigor definitivamente na contabilidade societária eliminando, para transações de cessão de crédito realizadas à partir daquela data, as

Notas Explicativas



diferenças de critérios de reconhecimento de resultados entre contabilidade societária e contabilidade segundo as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS (IAS39).

(b) Perdas esperadas

A provisão para devedores duvidosos, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulamentares.

A provisão para perdas esperadas de ativos financeiro, segundo o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, seguindo a critério de perda esperada. Essas perdas são mensuradas nas seguintes bases:

- a) Perdas de crédito esperada para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia e sua controlada mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Em decorrência destas diferenças de critérios, a Administração da Companhia e sua controlada realizou ajustes nos livros contábeis segundo as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS, para refletir as definições do IFRS 9.

(c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas quando da aplicação das normas internacionais de relatório financeiro - IFRS geram ativos e passivos diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, os quais foram reconhecidos nas informações trimestrais da Companhia e sua controlada.

CONTADORA

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CRC 1SP 232846/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500 www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Administradores, Conselho de Administração e Acionistas da
Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Informações Trimestrais Consolidadas

Essas informações trimestrais consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2022, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo Banco nesta data e sobre as quais emitimos relatório de conclusão, não contendo qualquer modificação, com data de 11 de maio de 2022.

São Paulo, 11 de maio de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500 www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Administradores, Conselho de Administração e Acionistas da
Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas, da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias consolidadas, de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação as informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

FINANCEIRA ALFA S.A. -
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.
CNPJ/MF nº 17.167.412/0001 13 e NIRE 35 3 0004818 1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em reunião com a presença de seus membros abaixo assinados, analisou as Informações Trimestrais da Sociedade contidas nos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2022, na forma do artigo 163, item VI, da Lei de Sociedades por Ações, e mandou consignar em ata sua concordância com referidas informações.

São Paulo - SP, 11 de maio de 2022.

Ailton Carlos Canette

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Nelson Marcelino

Fernando Pinto de Moura

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

FINANCEIRA ALFA S.A. -
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
CNPJ/ME n.º 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais contidas nos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2022, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo - SP, 11 de maio de 2022.

Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto
Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira
Diretor

Felipe Barbosa da Silveira e Silva
Diretor

Marcelo Borba Bauer
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

FINANCEIRA ALFA S.A. -
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
CNPJ/ME n.º 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais contidas nos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2022, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo - SP, 11 de maio de 2022.

Fabio Alberto Amorosino
Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto
Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira
Diretor

Felipe Barbosa da Silveira e Silva
Diretor

Marcelo Borba Bauer
Diretor